

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
4 - NIRE 35300314531		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Colares Moreira 477		2 - BAIRRO OU DISTRITO Renascença II	
3 - CEP 65075-441	4 - MUNICÍPIO São Luis		5 - UF MA
6 - DDD 098	7 - TELEFONE 3217-2123	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 098	12 - FAX 3235-7161	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL equatorial@equatorialenergia.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Leonardo Duarte Dias			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Colares Moreira 477		3 - BAIRRO OU DISTRITO Renascença II	
4 - CEP 65075-441	5 - MUNICÍPIO São Luis		6 - UF MA
7 - DDD 098	8 - TELEFONE 3217-2123	9 - TELEFONE 3217-2137	10 - TELEFONE 3217-2245
11 - TELEX			
12 - DDD 098	13 - FAX 3235-7161	14 - FAX 3217-2107	15 - FAX -
16 - E-MAIL leonardo.dias@equatorialenergia.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2007	31/12/2007	1	01/01/2007	31/03/2007	4	01/10/2006	31/12/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Vânia Andrade de Souza					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 671.396.717-53		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2007	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	102.635.220	102.635.220	102.635.220
2 - Preferenciais	94.039.957	94.039.957	94.039.957
3 - Total	196.675.177	196.675.177	196.675.177
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3120 - Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Holding
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	08/03/2006	350.542	30.000	Reserva de Capital	8.595.988	3,4900000000
02	09/03/2006	353.122	2.580	Integraliz. capital com ações	3.122.228	0,8262800000
03	10/03/2006	527.617	174.495	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
04	05/04/2006	713.217	185.600	Subscrição Pública	38.400.000	14,5000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 07/05/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
1	Ativo Total	864.905	832.985
1.01	Ativo Circulante	301.932	296.795
1.01.01	Disponibilidades	190.283	186.333
1.01.01.01	Caixa	0	0
1.01.01.02	Contas Bancárias à Vista	56	22
1.01.01.03	Ordens de Pagamento Emitidas	191	0
1.01.01.04	Fundos de Caixa	0	0
1.01.01.05	Aplicações em Mercado Aberto	190.036	186.311
1.01.01.06	Numerários em Trânsito	0	0
1.01.02	Créditos	0	0
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.01.01	Consumidores e revendedores	0	0
1.01.02.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	111.649	110.462
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	3.796	2.589
1.01.04.02	Baixa Renda	0	0
1.01.04.03	Pagamentos Antecipados	22	53
1.01.04.04	IR/CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.05	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.06	Dividendos a Receber	107.820	107.820
1.01.04.07	Outros Créditos a Receber	11	0
1.02	Ativo Não Circulante	562.973	536.190
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Consumidores e Revendedores	0	0
1.02.01.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	0	0
1.02.01.01.03	Impostos a Recuperar	0	0
1.02.01.01.04	Pagamentos Antecipados	0	0
1.02.01.01.05	IR/CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.01.06	Depósitos Judiciais	0	0
1.02.01.01.07	Outros Créditos a Receber	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	562.973	536.190
1.02.02.01	Investimentos	562.973	536.190
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -31/12/2006
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	325.420	297.356
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	237.553	238.834
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0
1.02.02.02.01	Imobilizado	0	0
1.02.02.02.02	(-)Obrig.Vinculadas à Conc.do Serviço	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
2	Passivo Total	864.905	832.985
2.01	Passivo Circulante	109.524	108.448
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Encargos da Dívida	0	0
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.360	480
2.01.05	Dividendos a Pagar	107.820	107.820
2.01.06	Provisões	138	0
2.01.06.01	Provisões de Férias e Encargos	138	0
2.01.06.02	Provisão para Contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	206	148
2.01.08.01	Folha de Pagamento	146	30
2.01.08.02	Taxa de Iluminação Pública	0	0
2.01.08.03	Taxas Regulamentares	0	0
2.01.08.04	Valores a pagar	0	0
2.01.08.05	Empresa de Pesquisa Energética	0	0
2.01.08.06	Pesquisa e Desenvolvimento	0	0
2.01.08.07	Programa de Eficiência Energética	0	0
2.01.08.08	Outros Créditos a Pagar	60	118
2.02	Passivo Não Circulante	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	0	0
2.02.01.03.02	Entidade de Previdência Privada	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.02.01.06.01	Ressarcimento ao Gerador - MAE	0	0
2.02.01.06.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	755.381	724.537
2.04.01	Capital Social Realizado	713.217	713.217
2.04.01.01	Capital Social Subscrito	713.217	713.217
2.04.01.02	Capital Social a Integralizar	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -31/12/2006
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	11.320	11.320
2.04.04.01	Legal	5.957	5.957
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	5.363	5.363
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.844	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	0	0	0	0
3.01.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.02.01	(-) ICMS sobre Venda de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.02.02	(-) COFINS	0	0	0	0
3.02.03	(-) PIS	0	0	0	0
3.02.04	(+) PIS/COFINS sobre Ativo Regulatório	0	0	0	0
3.02.05	(-) Cota para RGR	0	0	0	0
3.02.06	(-) ISS	0	0	0	0
3.02.07	(-) Encargos de Capacidade Emergencial	0	0	0	0
3.02.08	(-) Encargos do Consumidor	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	0	0	0	0
3.04.02	Encargos Uso Sistema Transm. e Distrib.	0	0	0	0
3.04.03	Custo de Operação - Pessoal	0	0	0	0
3.04.04	Custo de Operação - Material	0	0	0	0
3.04.05	Custo de Operação - Serviço de Terceiros	0	0	0	0
3.04.06	Custo de Operação - Deprec. e Amort.	0	0	0	0
3.04.07	Custo de Operação - Arrend. e Aluguel	0	0	0	0
3.04.08	Custo de Operação - Taxa de Fiscalização	0	0	0	0
3.04.09	Custo de Operação - Outros	0	0	0	0
3.04.10	Custo de Serv.Terceiros - Pessoal	0	0	0	0
3.04.11	Custo de Serv.Terceiros - Material	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.04.12	Custo de Serv.Terceiros - Serv.Terceiros	0	0	0	0
3.04.13	Custo de Serv.Terceiros - Deprec. Amort.	0	0	0	0
3.04.14	Custo de Serv.Terceiros - Arrend.Aluguel	0	0	0	0
3.04.15	Custo de Serv.Terceiros - Outros	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	32.173	32.173	9.191	9.191
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.01.01	Despesas com Vendas	0	0	0	0
3.06.01.02	Prov/Rev. PDD e Perda Cliente Incobrável	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.956)	(1.956)	(9)	(9)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(838)	(838)	(9)	(9)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(1.118)	(1.118)	0	0
3.06.02.03	Prov/Rev. Contingências	0	0	0	0
3.06.02.04	Depreciação e Amortização	0	0	0	0
3.06.02.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	7.277	7.277	(12.808)	(12.808)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	7.289	7.289	3	3
3.06.03.01.01	Rendas Financeiras	7.289	7.289	3	3
3.06.03.01.02	Acréscimo Moratório de Energia Vendida	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(12)	(12)	(12.811)	(12.811)
3.06.03.02.01	Encargos da Dívida	0	0	0	0
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Juros dos Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	0
3.06.03.02.04	Comissões	0	0	(12.609)	(12.609)
3.06.03.02.05	Outras Despesas Financeiras	(12)	(12)	(202)	(202)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	26.852	26.852	22.008	22.008
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	28.133	28.133	23.252	23.252
3.06.06.02	Amortização do Ágio	(1.281)	(1.281)	(1.244)	(1.244)
3.06.06.03	Ganho de Capital em Controlada	0	0	0	0
3.06.06.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	32.173	32.173	9.191	9.191
3.08	Resultado Não Operacional	(69)	(69)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.01.01	Receita Não Operacional	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(69)	(69)	0	0
3.08.02.01	Despesa Não Operacional	(69)	(69)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	32.104	32.104	9.191	9.191
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.260)	(1.260)	0	0
3.10.01	Contribuição Social	(335)	(335)	0	0
3.10.02	Imposto de Renda	(925)	(925)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.11.01	IR/CSLL Diferidos	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.01.01	Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	30.844	30.844	9.191	9.191

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	196.675.177	196.675.177	196.675.177	196.675.177
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,15683	0,15683	0,04673	0,04673
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”), com sede em São Luís no Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de distribuição de energia nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em 31 de março de 2007, a Companhia mantinha participação de 65,35% (65,38% em 31 de dezembro de 2006) na Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR” ou “Controlada”), empresa de economia privada de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo em 31 de março de 2007 a 1.373.183 consumidores e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a CEMAR e a Companhia, possui vigência até 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Entre agosto de 2002 e abril de 2004, a CEMAR esteve sob intervenção administrativa da ANEEL. Tal intervenção foi encerrada com a troca de controle da CEMAR. Desde então, a nova administração da CEMAR vem implementando uma reestruturação financeira e operacional, focando suas atividades em seus clientes e no retorno do acionista. O processo de reestruturação abrange diversas áreas, desde a renegociação de contratos de financiamento, com o correspondente alongamento do perfil da sua dívida, até renegociações do fornecimento de materiais e prestação de serviços, implementação de uma política mais contundente no combate às perdas e na cobrança das contas em atraso e, por conseguinte, uma política de arrecadação mais eficiente. Estas ações contribuíram para que a CEMAR revertesse o passivo a descoberto verificado em 31 de dezembro de 2003 no montante de R\$146.527, passando a apresentar um patrimônio líquido positivo. Em 31 de março de 2007 o patrimônio líquido da CEMAR era de R\$497.928.

Em 6 de março de 2006, a ANEEL aprovou a reestruturação societária da Equatorial, que contemplou a alienação indireta das ações representativas de 50% do poder de voto e 46,25% do capital social da Companhia, as quais passaram a ser detidas indiretamente pelo UBS Pactual Latin America Power Fund Ltd., fundo gerido por subsidiária integral do UBS Pactual S.A., conforme reestruturação descrita na Nota Explicativa 21.

Ainda no contexto societário, em 30 de março de 2006, a Companhia realizou uma Oferta Pública de Ações (OPA), representando uma evolução em sua estrutura societária. A

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

partir dessa oferta foram captados R\$540.270, dos quais R\$185.600 referentes à Oferta Primária, com emissões de novas ações. O restante correspondeu à Oferta Secundária, referente à venda de ações dos acionistas controladores e administradores. A OPA foi realizada no âmbito do Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), na forma de UNITS, compostas por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais. Atualmente aproximadamente 43% das ações ordinárias e 96% das ações preferenciais da Companhia estão em circulação no mercado.

2 CONSOLIDAÇÃO

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247, de 27 de março de 1996 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada CEMAR.

A participação na controlada CEMAR em 31 de março de 2007 era de 65,35% (65,38% em 31 de dezembro de 2006), e os ativos, passivos, receitas e despesas do exercício foram integralmente considerados nas informações trimestrais consolidadas.

Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados, quando aplicável:

- Eliminação das participações no Patrimônio Líquido da controlada;
- Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas;
- Destaque da participação de minoritários no Passivo e na Demonstração do Resultado; e
- Conforme previsto no Ofício CVM nº 01/2007 o incentivo fiscal concedido à Controlada pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, (vide Nota Explicativa 9), reconhecido pela CEMAR como uma reserva de capital, foi considerado nas demonstrações financeiras consolidadas no resultado do exercício, reduzindo a despesa de imposto de renda em R\$2.656 (correspondente à participação da Equatorial na reserva de capital apurada pela Controlada).

Os balanços patrimoniais, em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, e as demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2007 e 2006 da CEMAR estão compostos, de forma condensada, conforme demonstrado abaixo.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	CEMAR	
	31/03/2007	31/12/2006
		1.822.199
ATIVO		
Circulante	696.002	471.974
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	344.850	335.461
Permanente	781.347	725.183
	1.822.199	1.532.618
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	427.111	475.428
Não Circulante	897.160	602.411
Patrimônio Líquido	497.928	454.779
	CEMAR	
	1T07	1T06
Receita Operacional	276.559	245.050
Deduções à Receita Operacional	(81.430)	(73.208)
Receita Operacional Líquida	195.129	171.842
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(96.175)	(87.066)
Lucro Operacional Bruto	98.954	84.776
Despesa Operacional	(32.816)	(30.222)
Resultado do Serviço	66.138	54.554
Resultado Financeiro	(8.046)	(6.023)
Resultado Operacional	58.092	48.531
Resultado Não Operacional	713	(762)
Resultado antes da Contribuição social do imposto de renda	58.805	47.769
Contribuição Social e Imposto de Renda	(19.825)	(12.601)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	38.980	35.168

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as determinações da Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com a legislação específica emanada pela ANEEL. Essas demonstrações financeiras incorporaram as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: (i) Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) - Apresentação e Divulgações, emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil em 3 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488 naquela mesma data; e (ii) Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo IBRACON em 3 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489 naquela mesma data.

Em atendimento às determinações da ANEEL através do Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos do consumidor relativos ao Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustível – CCC, anteriormente contabilizados no grupo de Custo operacional, passaram a ser registrados no grupo de Deduções da receita operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados no 1º trimestre de 2006.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia e de sua Controlada para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e contribuição diferidos ativos, a renda não faturada, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para contingências. A

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia e de sua Controlada revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c) Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d) Ativos circulantes e não circulantes:

- Aplicações em mercado aberto

Demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- Consumidores e revendedores

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do período, contabilizado com base no regime de competência (vide Nota Explicativa 6).

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa 6a).

- Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado pelo custo médio de aquisição.

- Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes dos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial de baixa renda, estabelecida pela Lei nº 10.438/02 (vide Nota Explicativa 7).

- Investimento

Representado pela participação em controlada avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Intangível

Representado pelo ágio registrado na aquisição da Controlada, decorrente da diferença entre o preço de aquisição e o valor do patrimônio contábil da empresa adquirida, em conformidade com a Instrução nº 247 da CVM, de 27 de março de 1996. Até o final do exercício de 2005, a Companhia efetuava a amortização do ágio de maneira linear pelo prazo remanescente do contrato de concessão da Controlada, uma vez que a CEMAR não apresentou rentabilidade nos anos iniciais da concessão. A partir de dezembro de 2005, com a CEMAR tendo atingido a lucratividade, a amortização passou a ser feita proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão da CEMAR.

Inclui também o deságio apurado na reestruturação societária da Companhia (vide Nota Explicativa 12), através da qual realizou a aquisição de novas ações do capital da CEMAR. A realização do deságio ocorrerá quando da alienação do investimento ou dissolução da Controlada.

- Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UCs, conforme determina a Portaria nº 815 da DNAEE, de 30 de novembro de 1994, e as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999 da ANEEL. O valor apurado para depreciação é debitado grande parte no resultado e o restante no custo das obras em andamento, em função da utilização de tais bens.

Os gastos que representam o aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem são considerados como ativo imobilizado e capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado, respeitando-se o regime de competência.

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 da ANEEL, de 26 de outubro de 2001, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão é apresentado como redutor do Ativo Imobilizado. As citadas obrigações referem-se aos valores recebidos de consumidores para possibilitar a realização dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica, e aos recursos recebidos da União, do Estado do Maranhão e de outras fontes, com fins específicos de financiamento de obras de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, incluindo os recursos do Programa Nacional de Universalização e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural – Programa Luz para Todos (vide Nota Explicativa nº 15d).

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Demais ativos circulantes e não circulantes

Estão apresentadas pelo valor líquido de realização.

e) Passivos Circulantes e Não Circulantes:

- Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e debêntures

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial incorrida até a data do balanço, além dos juros e demais encargos previstos contratualmente e apropriados como despesas financeiras até a data do balanço.

- Provisão para contingências

Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da Controlada. O saldo da provisão para contingências está apresentado líquido de seus respectivos depósitos judiciais.

- Demais passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

f) Provisões:

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e da sua Controlada foram calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

h) Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão:

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão patrocinado pela CEMAR são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação nº 371/00 da CVM.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 APLICAÇÕES EM MERCADO ABERTO

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais de primeira linha, remuneradas na sua maior parte, conforme variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia e sua Controlada. Dentre as aplicações está o fundo FIQ-Araçagy no montante consolidado de R\$306.526 (R\$304.528 em 31 de dezembro de 2006), sendo R\$190.036 na Controladora, cujos únicos quotistas são a Companhia e sua Controlada, e tem sua carteira composta por quotas de outros fundos de investimento não exclusivos. A INTRAG-DTVM, uma subsidiária integral do Banco Itaú, é responsável pela administração, gestão e custódia do fundo exclusivo FIQ-Araçagy.

Instituição	Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Banco do Nordeste	LFT	-	-	5.199	5.050
Bradesco	Fundos de Investimentos	-	-	5.175	5.030
	CDB	-	-	600	583
HSBC	CDB	-	-	9.277	9.004
Itaú	CDB	-	-	9.277	9.004
	Fundos de Investimentos	190.036	186.311	306.526	304.528
UBS Pactual	Fundos de Investimentos	-	-	846	821
	Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	120
Safra	CDB	-	-	26.000	-
Total		190.036	186.311	362.900	334.140

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado						
	Vencidos	Vencidos		31/03/2007		31/12/2006	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	PDD	Total	PDD
Fornecimento faturado							
Setor Privado							
Residencial	27.864	26.200	8.326	62.390	9.316	61.386	7.223
Industrial	7.635	3.959	5.418	17.012	3.658	17.163	3.110
Comercial, serviços e outras	16.418	7.737	5.694	29.849	5.054	31.098	4.149
Rural	2.245	2.423	2.176	6.844	625	6.856	600
	54.162	40.319	21.614	116.095	18.653	116.503	15.082
Setor Público							
Poder Público	7.136	3.727	1.916	12.779	1.046	10.889	831
Iluminação Pública	3.415	1.231	359	5.005	103	8.599	4.403
Serviço Público	5.317	1.757	3.173	10.247	1.035	9.270	1.199
	15.868	6.715	5.448	28.031	2.184	28.758	6.433
Fornecimento não faturado	24.684	-	-	24.684	-	23.805	-
PERCEE	113	-	-	113	-	113	-
Encargo de capacidade emergencial	-	1	45	46	-	183	-
Parcelamento	23.667	2.276	4.337	30.280	2.777	28.292	1.948
Outras	971	921	2.967	4.859	3.260	4.764	4.194
Subtotal - Consumidores	119.465	50.232	34.411	204.108	26.874	202.418	27.657
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6 b)	8.057	-	197	8.254	197	8.831	197
Concessionárias	204	-	-	204	-	204	-
Cheques em cobrança	-	-	4.720	4.720	4.720	4.722	4.722
Serviços prestados a terceiros	-	-	936	936	792	1.006	764
Total	127.726	50.232	40.264	218.222	32.583	217.181	33.340
Ativo Circulante	108.711	50.232	36.815	195.758	29.134	198.299	30.177
Ativo Não Circulante	19.015	-	3.449	22.464	3.449	18.882	3.163

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está de acordo com os critérios definidos na Instrução Geral 6.32 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos

Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros – vencidos há mais 360 dias.

b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (energias no curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos. Tais sobras são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que estas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela CEMAR, utilizando as informações disponíveis.

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

A divulgação da apuração das operações efetuadas no âmbito da CCEE, para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, apresentou o montante de R\$64.986. Deste total, há um saldo a receber pela CEMAR de R\$8.010, que está sendo contestado judicialmente. Este saldo pode sofrer modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Do saldo restante, o valor de R\$1.490 representa inadimplência. Desse total, R\$197 está provisionado e R\$1.293 está em cobrança judicial, os quais, atendendo aos critérios fiscais, foram levados à perda, obtendo-se assim o benefício fiscal com a redução do IR/CSLL. As demais operações realizadas até 31 de março de 2007 geraram direito a crédito de R\$47(R\$624 em 31 de dezembro de 2006).

A receita total até março de 2007, líquida dos ajustes de períodos anteriores divulgados pela CCEE, monta a R\$510 (R\$178 em até 31 de março de 2006).

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Acordo Geral do Setor Elétrico:

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCEE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o Acordo Geral do Setor Elétrico, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que ocorreu por meio de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

As Resoluções nº 480/2002 (perda de margem) e nº 001/2004 (ressarcimento do gerador) da ANEEL homologaram os valores referentes a CEMAR de R\$29.250 e R\$33.570, respectivamente. As perdas de margem foram repassadas para a concessionária enquanto que a energia livre arrecadada dos consumidores foi repassada aos geradores de energia, acrescidos dos impostos incidentes sobre o faturamento e da atualização monetária, conforme estipulado pelas Resoluções nº 369/2002 e nº 36/2003 da ANEEL. A Resolução nº 001/2004 da ANEEL fixou em 46 meses o prazo máximo de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE na tarifa da CEMAR, contados a partir de dezembro de 2001 e encerrando-se em outubro de 2005. A CEMAR em cumprimento ao dispositivo legal suspendeu em outubro de 2005 a cobrança da RTE.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Para o item Perda de Margem, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a.; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., e para as geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Parcela A, a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Em setembro de 2005 a CEMAR terminou de recuperar todo o ativo regulatório correspondente à RTE, restando em seu passivo um valor não arrecadado a repassar aos geradores.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em conformidade aos Ofícios Circulares nº 2.212/2005 e nº 074//2006 da ANEEL/SFF este montante foi atualizado pela variação da SELIC e registrado como fornecedores - Ressarcimento aos Geradores.

Em setembro de 2006, a CEMAR emitiu correspondência aos geradores informando os valores que cada um tinha a receber (R\$5.297), considerando 100% do montante arrecadado até momento pela CEMAR, deduzidos de impostos e encargos, conforme Resoluções nº 36/2003, nº 089/2003 e nº 045/2004 da ANEEL. Em 31 de março de 2007, o valor restante a repassar aos geradores era de R\$221 (R\$221 em 31 de dezembro de 2006).

Os principais itens do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
ATIVO - Recomposição Tarifária – RTE		
Perda de Margem mais Tributos	37.659	37.659
Energia Livre mais Tributos	34.841	34.841
	72.500	72.500
Atualização	20.328	20.328
Amortização da Perda de Margem e Energia Livre	(92.828)	(92.828)
SALDO DO ATIVO	-	-
PASSIVO - Recomposição Tarifária – RTE		
Ressarcimento aos Geradores - Curto e Longo Prazo	(33.570)	(33.570)
Amortização do Ressarcimento (Pagamento aos Geradores)	48.047	48.047
Atualização	(14.698)	(14.698)
SALDO DO PASSIVO	(221)	(221)
EFEITO LÍQUIDO TOTAL DO ACORDO DO SETOR ELÉTRICO	(221)	(221)

7 BAIXA RENDA

Em 1º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda. De acordo com tais procedimentos, em 31 de março de 2007 a CEMAR possuía R\$10.846 (R\$11.273 em 31 de dezembro de 2006) a receber da Eletrobrás.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/3/2007		31/12/2006		31/3/2007		31/12/2006	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR sobre aplicação financeira	3.283	-	2.361	-	4.776	-	4.262	-
IR Antecipado (a)	67	-	66	-	3.468	-	66	-
CSLL Antecipado (a)	316	-	32	-	3.514	-	32	-
ICMS a recuperar CIAP	-	-	-	-	18.268	31.392	16.980	31.387
COFINS a compensar (c)	-	-	-	-	-	5.697	503	2.337
PIS a compensar (c)	-	-	-	-	-	1.237	109	507
IR/CSLL a restituir	130	-	130	-	130	-	130	-
Outros	-	-	-	-	2.178	-	1.516	-
Total	3.796	-	2.589	-	32.334	38.326	23.598	34.231

(a) O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondiam aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9,430, de 27 de dezembro de 1996.

(b) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

(c) O PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente. Ressalta-se que o valor de PIS e COFINS a compensar constante do ativo não circulante refere-se à exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições sociais, conforme mandado de segurança nº 2006.37.00.005574-3.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Desde maio de 2004, a CEMAR se encontra em processo de reestruturação, tendo este processo se iniciado com a reorganização da estrutura de capital em 2004, e continuado com a reorganização de suas atividades operacionais. Em função disto, a Administração da CEMAR, baseada no disposto na Instrução nº 371/2000 da CVM, entendeu que o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias deveriam ser reconhecidas no exercício de 2005, considerando que as projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração, indicavam que esse ativo seria realizado em menos de 10 anos.

Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para sua recuperação, e estão registrados em consonância com as disposições da Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução nº 371 da CVM, de 27 de junho de 2002. Estão registrados no ativo circulante e no realizável a longo prazo da Controlada, considerando a expectativa de sua realização, determinada com base nas projeções de resultados futuros da CEMAR, observando o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, exceto para os créditos decorrentes de diferenças temporárias, que serão integralmente recuperados no momento da realização do principal.

a) Composição dos Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais	187.324	190.142
Diferenças temporais	1.344	6.532
	<hr/> 188.668	<hr/> 196.674
Contribuição social		
Base negativa	29.187	30.974
Diferenças temporais	3.058	2.351
	<hr/> 32.245	<hr/> 33.325
Total	<hr/> 220.913	<hr/> 229.999
Ativo Circulante	17.667	23.644
Ativo Não Circulante	203.246	206.355

b) Expectativa de Recuperação

Baseada em estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos, a Administração da CEMAR estima que a expectativa de realização dos créditos fiscais possa ser assim representada:

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Expectativa de Realização	2007	2008	2009	2010	2011 a 2013	Total
Imposto Diferidos	17.506	30.654	30.588	32.389	109.776	220.913

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração da CEMAR sobre sua evolução futura e do mercado que a mesma opera. Tais estudos foram efetuados em 2005 e revisados no encerramento do exercício de 2006, sendo aprovado pelo Conselho de Administração da CEMAR em 18 de dezembro de 2006.

Do ativo de R\$259.281 constituído em dezembro de 2005, R\$38.368 foram realizados até 31 de março de 2007.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da Controlada e da despesa de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2007		31/03/2006	
	IR	CS	IR	CS
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	58.805	58.805	47.769	47.769
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal	14.701	5.292	11.942	4.299
Adições:				
Despesas não dedutíveis	63.165	22.739	32.605	11.740
Depreciação Acelerada	370	0	0	0
Exclusões:				
Reversões de provisões, RTD e ativos regulatórios	(61.3180)	(22.074)	(35.168)	(12.660)
Depreciação Acelerada	(7.532)	0	0	0
Outros itens:				
Compensação de prejuízo fiscal e Base negativa	(2.816)	(1.787)	(2.814)	(1.014)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	6.570	4.170	6.565	2.365
Incentivo PAT	-	-	(158)	-
Reversão da provisão de IR/CS apurada em 2005	-	-	-	-
Despesa	6.570	4.170	6.407	2.365
Alíquota efetiva (excluindo IR/CS Diferidos)	11,17%	7,09%	13,41%	4,95%
Ativo Fiscal Diferido	8.006	1.079	2.816	1.013
Despesa total	14.576	5.249	9.223	3.378
Alíquota efetiva com Ativo Fiscal Diferido	24,79%	8,93%	19,31%	7,07%

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Incentivo fiscal

As despesas no exercício de 2006 referentes ao Imposto de Renda não consideram o incentivo fiscal obtido pela CEMAR junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que deduz o imposto a pagar e é registrado diretamente como Reserva de Capital na conta de Patrimônio Líquido da Controlada.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através dos Laudos Constitutivos nº 0289/2005 e nº 0323/2005, emitidos pela SUDENE respectivamente em 25 de novembro e 21 de dezembro de 2005, e que outorgam à CEMAR:

- Laudo 0289 – 25% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no Estado do Maranhão até janeiro de 2008, declinando este percentual para 12,5% a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013, e
- Laudo 0323 – 75% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no Estado do Maranhão até o final do ano calendário de 2015, incidente sobre o excedente da capacidade instalada do empreendimento no Estado do Maranhão.

Esses incentivos impõem algumas obrigações e restrições que devem ser observados pela Controlada:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Compensação de Variação de Custos da Parcela A (a)	-	-	24.864	35.944
Reposicionamento Tarifário Diferido (b)	-	-	79.160	72.690
Ativo regulatório PIS/COFINS (c)	-	-	2.763	2.733
Debêntures	-	-	40	44
Seguros	22	53	320	53
Outros	-	-	1.253	1.443
Total	22	53	108.400	112.907
Ativo Circulante	22	53	24.137	33.751
Ativo Não Circulante	-	-	84.263	79.156

- a) Conta de Compensação da Variação de Valores dos Itens da Parcela A – CVA:

A CVA, conforme Portaria Interministerial nº 025/02 do Ministério das Minas e Energia, representa os acréscimos dos custos não gerenciáveis incorridos pela CEMAR, que somente serão considerados no próximo reajuste tarifário. De acordo com os procedimentos adotados pela ANEEL, o reajuste tarifário contempla percentuais para a amortização da CVA.

Do montante de R\$24.864 (R\$35.944 em 31 de dezembro de 2006), R\$23.006 (R\$34.827 em 31 de dezembro de 2006) correspondem a valores concedidos no reajuste tarifário de agosto de 2006, e que estão sendo amortizados desde então. A amortização acumulada no período findo em 31 de março de 2007 foi de R\$7.577 (R\$5.748 no período findo em 31 de março de 2006).

A ANEEL, através da Resolução nº 369, de 22 de agosto de 2006, homologou o resultado do reajuste tarifário anual da CEMAR. De acordo com a resolução, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Controlada foram reajustadas, em média, em 14,58%, sendo 10,07% relativos ao reajuste tarifário anual e 4,51% relativos aos componentes financeiros adicionais. O percentual de 4,51% será aplicado para a amortização da CVA.

Cabe destacar que parte significativa do reajuste tarifário concedido como componente financeiro reflete o pleito da CEMAR visando o reconhecimento do adicional de receita necessário para cobrir os custos incorridos, desde dezembro de 2004, com o “Programa Luz para Todos”, que não estavam cobertos pelas tarifas. Feita a análise prévia, a ANEEL considerou no cálculo do reajuste tarifário de 2006 da CEMAR um componente financeiro provisório de R\$34.008, que corresponde a um adicional no reajuste tarifário de

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4,25%, ou seja, 94% do total de componentes financeiros reconhecidos pela ANEEL no reajuste tarifário de 2006. Até 31 de março de 2007, a CEMAR já havia recuperado R\$17.898, restando um saldo de R\$16.110.

Outra parcela relevante, no total de R\$5.558, corresponde aos valores a serem devolvidos pela Eletronorte à CEMAR referentes à revisão do cálculo dos passivos regulatórios de PIS e COFINS, descontados da CEMAR na sua revisão tarifária de agosto de 2005. Até 31 de março de 2007, a CEMAR já havia recebido R\$3.242, restando um saldo de R\$2.316.

b) **Reposicionamento Tarifário Diferido – RTD:**

O processo de revisão tarifária, previsto nos contratos de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, aconteceu pela primeira vez no caso da CEMAR em agosto de 2005, e a sua realização está prevista a cada quatro anos. Este processo tem como objetivo redefinir o nível das tarifas de fornecimento de energia elétrica, baseando-se em custos operacionais eficientes e na adequada remuneração sobre os investimentos realizados de forma eficiente e prudente pelas empresas.

O processo de Revisão Tarifária da CEMAR teve início em 2004 e foi concluído no dia 22 de agosto de 2005 com a divulgação pela ANEEL do novo reposicionamento tarifário da Controlada. As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEMAR tiveram reajuste médio de 15,95%, sendo que a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Homologatória nº 196 de 22 de agosto de 2005, apenas o repasse imediato de 7,16% acrescido dos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica (CVA e ativos regulatórios) de 3,80%, implicando em um aumento tarifário total de 10,96%. O recebimento pela CEMAR da diferença do índice foi diferido em três parcelas para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A CEMAR vem apurando mensalmente a parcela do RTD, constituída pela diferença entre o índice médio homologado de 15,95% e o repasse autorizado para as tarifas. De acordo com a Resolução Homologatória nº 196, a ANEEL incluirá na parcela B dos reajustes tarifários dos próximos três anos (agosto de 2006, 2007 e 2008) o montante de R\$42.451 respectivamente para compensar a diferença do reajuste postergado.

Em agosto de 2006, a ANEEL homologou o reajuste tarifário, repassando para as tarifas de fornecimento o montante de R\$42.451 referente a primeira parcela do Reposicionamento Tarifário Diferido.

Em 31 de março de 2007, a CEMAR havia apurado como Ativo Regulatório o valor total de R\$79.160 (R\$72.690 em 31 de dezembro de 2006), classificado no ativo não circulante, dado a expectativa de realização.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Ativo Regulatório PIS/COFINS:

Em 2004, a CEMAR registrou um ativo regulatório decorrente das majorações das alíquotas do PIS e da COFINS conforme a nova legislação (Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004). O reconhecimento desse ativo foi homologado pelo Ofício Circular nº 302 de 25 de fevereiro de 2005, que reconheceu o direito da CEMAR de requerer a compensação desse custo adicional na última revisão tarifária, o que ocorreu em agosto de 2005. A Resolução Homologatória nº196, de 22 de agosto de 2005 incluiu no aumento da tarifa o montante necessário para a recuperação desse ativo. O saldo de R\$2.763, restante no ativo não circulante, representa as perdas apuradas no período de 1º de agosto a 28 de agosto de 2005. O assunto está sendo discutido na ANEEL, pois existem divergências conceituais na definição dos créditos que compõem a base de cálculo.

11 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Serviços Pedidos				
Desativações em Curso	-	-	3.045	2.565
Alienações em Curso	-	-	1.662	1.660
Serviços em Curso	-	-	606	435
Dispêndios a Reembolsar em Curso	-	-	45	-
	-	-	5.358	4.660
Outros Créditos a Receber				
Adiantamento a Empregados	-	-	956	385
Alienações de Bens e Direitos	-	-	19	348
Outros Créditos	11	-	1.499	1.157
	11	-	2.474	1.890
Total	11	-	7.832	6.550

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 INVESTIMENTO EM COMPANHIA CONTROLADA, INTANGÍVEL E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais informações sobre os investimentos na controlada CEMAR e as transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006
Dados da Controlada		
Em milhares de ações		
Composição acionária da controlada:		
- Ações ordinárias	15.959.142.617	15.951.712.445
- Ações preferenciais - Classe A	123.923.178	123.923.178
- Ações preferenciais - Classe B	162.572.922	162.572.922
- Total de Ações (a)	<u>16.245.638.717</u>	<u>16.238.208.545</u>
Em milhares de R\$		
Patrimônio líquido da controlada		
- Capital social (a)	157.727	157.622
- Reserva de Capital	20.712	16.648
- Reservas de Lucro	280.509	280.509
- Lucros Acumulados	38.980	-
- Total do patrimônio líquido	<u>497.928</u>	<u>454.779</u>
- Resultado do exercício	38.980	49.609
Dados do investimento da Controladora		
Participação na Controladora		
- Total de ações (em milhares)	10.617.318.360	10.617.318.360
- Participação (%) (a)	65,35%	65,38%
Movimentação conta de investimento:		
Saldo inicial	297.356	277.300
Aquisição por integralização de capital (b)	-	5.690
Equivalência patrimonial	28.133	120.614
Ganho/Perda de participação societária	(69)	1.946
Dividendos declarados pela controlada	-	(107.785)
Outros	-	(399)
Saldo final	<u>325.420</u>	<u>297.356</u>

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dados do intangível:

Ágio (c)	241.943	246.921
Amortização no período	(1.281)	(4.978)
	240.662	241.943
Deságio (d)	(3.109)	(3.109)
	237.553	238.834

Saldos com controladores e ligadas:

Dividendos a receber da CEMAR	107.820	107.820
Dividendos a pagar	107.820	107.820

Consolidado

	31/03/2007	31/12/2006
Saldos com controladores e ligadas:		
Dívida com Eletrobrás (e)	319.150	309.502
Encargos dívida Eletrobrás – despesa (e)	(4.427)	(5.934)
FASCEMAR (f)	28.494	28.468
Encargos dívida Fascemar – despesa (f)	(895)	(979)
Dividendos para a Controladora	107.820	107.820
Contas a Receber	99	-

(a) Em janeiro de 2007 foram emitidas 7.340.172.212 ações ordinárias do capital social da CEMAR por conta do exercício de compra de ações pelos beneficiários de seu Plano de Opção de Compra de Ações, aumentando o seu capital em R\$105 e reduzindo a participação da Companhia em seu capital. A perda no investimento está apresentada no resultado não operacional, no montante de R\$69.

(b) Em 9 de março de 2006, os Administradores da CEMAR exerceram parte de suas opções de compra objeto do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR (“Plano da CEMAR”), gerando a subscrição de 204.329.737 mil ações da CEMAR, pelo preço de R\$12,63 (doze reais e sessenta e três centavos) por lote de 1.000 ações, apurado com base em laudo de avaliação a mercado efetuado por peritos independentes e aumento de R\$2.580 mil no seu capital social, que indicou o valor de mercado de R\$2.580. O valor patrimonial de tais ações era de R\$5.690. Na mesma data, os mesmos Administradores, que também eram beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (“Plano da Equatorial”), exerceram parte de suas opções de compra objeto do Plano da Equatorial. Essa transação representou a subscrição de 1.040.744 ações ordinárias e 2.081.484 ações preferenciais do capital social da Equatorial, que foram integralizadas com as ações da CEMAR, obtidas através do Plano da CEMAR, pelo valor de R\$5.690. Adicionalmente, em 30 de maio de 2006, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do capital social da CEMAR, em função do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Controlada. Foram subscritas 3.302.299 mil ações ordinárias de emissão da CEMAR, pelo preço de R\$12,86 por lote de um bilhão de ações.

(c) Custo histórico do ágio é originário da aquisição de 84,68% de participação na CEMAR, em 30 de junho de 2000 e 4,91% em 31 de agosto de 2001, totalizando R\$266.711 e R\$25.099, respectivamente.

(d) A diferença entre o valor patrimonial das ações da CEMAR recebidos pela Companhia e o seu valor apurado conforme item (b) acima, gerou um deságio de R\$3.109.

(e) A CEMAR possui saldos em aberto com a sua acionista minoritária Eletrobrás (conforme descrito na Nota Explicativa 15).

(f) A CEMAR possui saldo em aberto com a Fundação de Previdência Complementar- FASCEMAR (conforme descrito na Nota Explicativa 15).

Outras Informações da Controlada:

Plano de Opção de Compra de Ações - CEMAR

Em 6 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Controlada propôs a criação do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR, que foi aprovado pela AGE – Assembléia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2005. O Conselho de Administração, em 30 de dezembro de 2005 implementou o referido Plano instituindo seu Comitê de Administração.

Estão habilitados a participar do mesmo os administradores e empregados da CEMAR, na forma a ser definida pelo referido Comitê. O volume global oferecido é de até 3% (três por cento) das ações ordinárias da CEMAR na data de constituição, correspondendo a 480.917.295.334 ações ordinárias, ao preço de subscrição original de R\$0,01 por lote de 1.000 ações, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), acrescido de juros de 8,0% a.a. (oito por cento ao ano), contados de maio de 2004 até a data do efetivo exercício das opções. Em 23 de março de 2006, 76.385.697.078 de opções de subscrição de ações ordinárias não alocadas foram canceladas.

Conforme mencionado no item “a”, em janeiro de 2007 foram subscritas 7.340.172.212 ações ordinárias, alocadas aos beneficiários do Plano.

Do total remanescente de ações existentes no plano, 215.062.206.820 ações foram subscritas, existindo ainda opções para a subscrição de 189.469.391.436 de ações até 3 de maio de 2009. Esse montante ainda não subscrito representa 1,16% de diluição dos acionistas.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa Anual Média de Depreciação	31/03/2007	31/12/2006
Produção			
Imobilizado em Serviço		1.513	1.513
Depreciação Acumulada	4,92%	(909)	(898)
Imobilizado em Curso		169	169
		773	784
Distribuição			
Imobilizado em Serviço		1.356.587	1.315.283
Depreciação Acumulada	4,23%	(526.930)	(512.785)
Imobilizado em Curso		256.765	233.089
		1.086.422	1.035.587
Comercialização			
Imobilizado em Serviço		9.267	9.267
Depreciação Acumulada	4,18%	(3.699)	(3.483)
Imobilizado em Curso		2.207	1.774
		7.775	7.558
Administração Central			
Imobilizado em Serviço		40.038	40.036
Depreciação Acumulada	7,93%	(12.474)	(11.080)
Imobilizado em Curso		12.041	8.111
		39.605	37.067
		1.134.575	1.080.996
Obrigações Vinculadas à Concessão			
Contribuições do Consumidor		(7.342)	(7.514)
Doações, Subvenções e Outras		(273.883)	(273.687)
Participação da União		(74.833)	(74.833)
Amortização Acumulada		2.609	-
		(353.449)	(356.034)
		781.126	724.962

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução nº20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação dos bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Em 31 de março de 2007 e em 31 de dezembro de 2006, não havia bens destinados à alienação.

a) Imobilizado em Curso:

O saldo das imobilizações em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito, compras em andamento e adiantamento a fornecedores, nos montantes de R\$217.323, R\$45.626, R\$1.475 e R\$6.758 respectivamente (R\$191.651, R\$46.054, R\$1.475 e R\$3.963 em 31 de dezembro de 2006, respectivamente).

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$31.635 (R\$35.752 em 31 de dezembro de 2006), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e refere-se principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de março de 2007 é de R\$958 (R\$958 em 31 de dezembro de 2006), registrada em contrapartida da rubrica "Despesas não Operacionais". O saldo do imobilizado em curso na distribuição está apresentado líquido dessa provisão.

b) Taxas de Depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da ANEEL, alterada pela Resolução nº 473, de 6 de março de 2006 da ANEEL, são as seguintes:

Geração	%	Distribuição			
		Linhas, Redes e Subestações - Tensão < 69KV		Linhas, Redes e Subestações - Tensão > 69KV	
			%		%
Gerador	3,3				
Edificação	4,0	Banco de capacitores	6,7	Banco de capacitores	5,0
Turbina de Gás	5,0	Chave	6,7	Chave	3,3
Grupo Motor-Gerado	5,9	Condutor	5,0	Condutor	2,5
Motor de Combustão Interna	6,7	Edificação	4,0	Edificação	4,0
		Estrutura	5,0	Estrutura	2,5
Comercialização/Administração	%	Regulador	4,8	Regulador	3,5
Móveis e Utensílios	10,0	Religador	4,3	Religador	4,3
Edificação	4,0	Transformador	5,0	Transformador de Força	2,5
Veículos	20,0	Medidor	4,0	Disjuntor	3,0

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2005, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1.º de janeiro de 2007.

A estimativa é que haverá uma redução anual da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço de aproximadamente de 6,8%, cujos conseqüentes efeitos positivos no resultado serão capturados nas tarifas a partir do próximo ciclo tarifário.

c) Obrigações Vinculadas à Concessão:

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para as concessões de distribuição e comercialização, cuja quitação ocorrerá até o final da concessão.

As contribuições dos consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica. As doações e subvenções são representadas substancialmente pelos valores não reembolsáveis repassados pela Eletrobrás para custeio do Programa Luz para Todos, no montante de R\$272.173, líquidos dos impostos. A participação da União corresponde às verbas federais recebidas para a execução de empreendimentos elétricos vinculado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins da determinação dos indicadores financeiros.

d) Revisão Tarifária Periódica

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observados pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas, previstas nos termos da legislação.

Em conseqüência, as principais alterações introduzidas foram:

- Blindagem da Base de Remuneração Regulatória – BRR aprovada no ciclo anterior (BRR anterior);
- Expurgo de baixas ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos;
- Atualização dos valores remanescentes da BRR anterior pelo IGP-M;

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Consideração dos efeitos da depreciação acumulada ocorrida entre as datas-base do 3º e 4º ciclos; e
- Adições dos ativos ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos.

Destaque-se, também, o tratamento fixado ao saldo da conta Obrigações vinculadas à Concessão, que passarão a ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação dos demais ativos em serviço, mediante a utilização de uma taxa média, a partir de janeiro de 2007, de forma que tal depreciação passe a anular os efeitos da depreciação dos bens a ela vinculados, incorporados ao Imobilizado em Serviço, e não será considerada na formação da tarifa a partir do próximo ciclo tarifário, como ocorria no passado.

A taxa de remuneração dos ativos remuneráveis, definida com base no custo médio ponderado de capital (WACC), foi revista, passando de 11,26 % para 9,98%, em termos reais, já descontada a inflação e os impostos.

No trimestre findo em 31 de março de 2007, o valor de R\$2.609 foi reconhecido no resultado do período por conta da amortização das obrigações especiais.

14 FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Suprimento e Encargos de Conexão		
Eletronorte	3.703	2.424
Chesf	6.446	7.948
Copel	2.742	2.897
Furnas Elétricas	10.464	11.424
CESP	3.329	3.775
Cemig	1.173	1.355
Outros	3.250	3.282
Energia de Curto Prazo	107	624
Encargos de Uso da Rede Elétrica	6.071	5.600
Ressarcimento aos Geradores - Energia Livre	221	221
Materiais e Serviços	66.075	118.029
	103.581	157.579

a) Suprimento de Energia:

Em dezembro de 2005, terminaram os contratos iniciais de fornecimento de energia contratados pela CEMAR junto a Eletronorte e a CEPISA, que representavam uma aquisição de 932.112 MWh de energia. Entretanto, conforme o Decreto/Lei nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

novos Contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito a seguir:

ENERGIA CONTRATADA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Leilão Chesf	148.920	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produto 2005/2012	2.922.632	2.922.632	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-	-
Produto 2006/2013	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-	-
Produto 2007/2014	-	405.307	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-	-
Produto 2008/2015	-	-	213.451	212.868	212.868	212.868	213.451	212.868	212.868	212.868	-
Proinfra	12.413	35.302	104.530	104.244	104.244	104.244	104.530	104.244	104.244	104.244	104.244
MCSD	52.665	52.665	52.001	52.665	52.665	52.665	52.001	-	-	-	-
MCSD 4%	32.412	32.412	32.501	32.412	32.412	32.412	32.501	8.926	-	-	-
MCSD Nov	41	247	247	247	247	247	247	247	-	-	-
Nova 2008/2022/2037	-	-	25.649	25.579	25.579	25.579	25.649	25.579	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	-	-	-	138.846	138.846	138.846	139.226	138.846	138.846	138.846	138.846
Nova 2010/2024/2039	-	-	-	-	369.847	369.847	370.861	369.847	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3	-	-	-	239.498	239.498	239.498	240.155	239.498	239.498	239.498	239.498
Leilão A-5	-	-	-	-	-	162.591	163.037	162.591	162.591	162.591	162.591
Leilão A-1	-	16.194	16.238	16.194	16.194	16.194	16.238	16.194	16.194		
TOTAL - MWh	4.279.600	4.575.276	4.895.234	5.261.009	5.630.856	5.793.447	5.808.513	2.794.664	1.674.974	1.253.473	1.040.605

b) Encargo de Uso da Rede Elétrica:

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema – ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, visto a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado							
	31/03/2007				31/12/2006			
	Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
Encargos	Principal	Encargos			Principal			
MOEDA ESTRANGEIRA								
Tesouro Nacional (1)	460	772	12.795	14.027	225	1.010	13.152	14.387
	460	772	12.795	14.027	225	1.010	13.152	14.387
MOEDA NACIONAL								
Eletrobrás (2)	-	8.777	310.373	319.150		8.769	300.733	309.502
Eletronorte (3)	-	25.161	122.592	147.753		24.048	128.240	152.288
Instituições Financeiras (4)	1.294	107	99.319	100.720	1.019	107	71.200	72.326
	1.294	34.045	532.284	567.623	1.019	32.924	500.173	534.116
Empréstimos - dívida com a FASCEMAR (5)	-	3.766	24.728	28.494		3.646	24.822	28.468
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.754	38.583	569.807	610.144	1.244	37.580	538.147	576.971
OUTRAS DÍVIDAS								
Debêntures (6)	-	10.616	276.832	287.448	-	6.417	11.098	17.515
	0	10.616	276.832	287.448	0	6.417	11.098	17.515
TOTAL DA DÍVIDA	1.754	49.199	846.639	897.592	1.244	43.997	549.245	594.486

- (1) O saldo com o Tesouro Nacional refere-se aos financiamentos dos contratos de médio e longo prazo e aos juros devidos a bancos comerciais e a outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/88 e nº 1.564/89 do Conselho Monetário Nacional – CMN, que foram objeto de permuta por bônus emitido pela União. Esta dívida está garantida por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia.
- (2) Saldo da Dívida com a Eletrobrás:
- Os contratos com a Eletrobrás referem-se basicamente aos recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações, para o Programa de Supervisão, Automação e Controle – SAC e ao Programa de Conservação de

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias. Todos estes contratos foram renegociados em 27 de abril de 2004, através da assinatura do contrato de Renegociação das Dívidas. As principais características das novas condições repactuadas estão descritas no item (c) desta nota.

- Em 9 de janeiro de 2007 ocorreu a primeira liberação de recursos do contrato de financiamento assinado pela CEMAR junto à Eletrobrás em dezembro de 2006 no valor total de R\$58.000. A primeira liberação correspondeu a 10% do contrato, ou seja R\$5.800. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano, e seu prazo total é de 7 anos, com carência de 2 anos e amortização de 5 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação de receita, e se destinam a financiar os custos diretos de investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer.

(3) Saldo da Dívida com a Eletronorte:

Fornecimento de energia: durante o 2º trimestre de 2004, as diferenças acumuladas relativas às faturas de junho a dezembro de 2001, relacionadas aos ajustes com o racionamento de energia adquirida para o período de janeiro a março de 2002 e as diferenças das faturas de abril a julho de 2002, acrescidas dos respectivos encargos, com saldo atualizado até 14 de abril de 2004 no montante de R\$120.256, foram objeto de renegociação, através do Contrato de Renegociação de Dívida nº 0152/04-A, celebrado em 27 de abril de 2004, que estabeleceu:

- Pagamento em 7 de maio de 2004, do montante de R\$21.227, corrigido monetariamente pelo IGP-M e acrescido dos juros nominais de 12% a.a. pró-rata dia; e
- O saldo remanescente de R\$99.029, está sendo corrigido monetariamente pelo IGP-M, acrescido dos juros nominais de 12% a.a., e pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, com vencimento no dia 27 de cada mês, sendo o primeiro vencimento em 27 de maio de 2004.

Transferência de ativos: saldo oriundo da transferência dos ativos correspondentes às instalações integrantes de seu sistema de 230 KV (“Termo de Transferências de Bens, Direitos e Instalações por Dação em Pagamento Parcial e Repactuação da Forma de Quitação de Débitos Remanescentes”). A diferença entre o valor dos bens transferidos e o saldo devedor da CEMAR com a Eletronorte resultou numa obrigação, para a qual a Controlada ofereceu como garantia a vinculação de até 25% de suas receitas. Em 27 de abril de 2004, foi assinado um novo Contrato de

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Renegociação de Dívida nº 0152/04-B, que repactuou a dívida, conforme descrito a seguir:

- Saldo devedor de R\$61.441, atualizados até 31 de dezembro de 2003 pela variação do IGP-M;
 - Prazo de vencimento de 12 anos;
 - Carência de 3 anos de amortização do principal conforme cláusulas descritas no respectivo instrumento contratual “Termo de Ajuste e Obrigações”; e
 - Juros nominais de 12% a.a. mais a correção monetária pelo IGP-M.
- (4) As operações com as instituições financeiras em moeda nacional correspondem aos empréstimos para capital de giro e investimentos, garantidos por nota promissória e em alguns casos por recebíveis. Entre os principais empréstimos com instituições estão:
- Concórdia / Fundo CCV: os bancos credores da Controlada, conjuntamente com os mencionados debenturistas, aderiram ao “Acordo”, assinado em 26 de março de 2004, e posterior “Aditivo” contratual, de 12 de abril de 2004, no qual os credores privados se comprometeram a subscrever com os seus créditos uma nova emissão de debêntures.
 - Banco do Nordeste: no ano de 2006, a CEMAR obteve quatro liberações do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$64.118, com a finalidade de financiar investimentos em redução de perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade do fornecimento de energia, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Em fevereiro de 2007, a CEMAR obteve a quinta liberação no montante de R\$27.988. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE sofreu uma revisão no final de 2006, passando de 11,9% ao ano (até dezembro de 2006), para 9,78% ao ano a partir de janeiro de 2007.
 - Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: em setembro de 2006, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$1.040 de principal sobre os quais incidem juros de TJLP + 2% ao ano, com a finalidade de financiar investimentos na otimização do desempenho da rede de distribuição e programas de eficiência energética.
 - Em 20 de abril de 2006, a CEMAR contratou financiamentos de R\$434 junto ao Banco do Brasil, lastreado por recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financiamento é de TJLP + 9,5% ao ano. O prazo total deste financiamento é de 5 anos, com carência de 6 meses e amortização de 4,5 anos. Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Equatorial, e se destinam a financiar a renovação da frota composta por dois caminhões com guindaste, uma carreta e uma empilhadeira.

- (5) Em 20 de março de 2001, foi repactuado o contrato de confissão de dívida entre a CEMAR e FASCEMAR – Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto à FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito consolidado, em 31 de março de 2007 corresponde ao montante de R\$28.494 (R\$28.468 em 31 dezembro de 2006), e está garantido por recebíveis da CEMAR. A dívida resultante deste contrato tem seu pagamento em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001, com incidência dos juros correspondentes a 102% do DI over extragrupo, calculado e divulgado diariamente pela CETIP.
- (6) Vide Nota Explicativa 16.

a) Escalonamento das Parcelas de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Vencíveis a Longo Prazo:

Em 31 de março de 2007 os empréstimos, financiamentos e debêntures no longo prazo representam os montante de R\$846.639, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	2007	%
2008	46.888	5,54%
2009	64.565	7,63%
2010	53.305	6,30%
2011	123.612	14,60%
Após 2011	558.269	65,93%
	846.639	100,00%

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Composição por Índice e Moeda:

Em moeda estrangeira

Dólar norte-americano

<u>Indexador</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>US\$ mil</u>	<u>Variação Trimestral</u>	<u>Taxa de Juros</u>
Libor Semestral	14.026	6.841	1,76%	Taxa mínima: LIBOR as+ 0,81% aa Taxa máxima: Pré-fixada em 8% aa
Em 31.03.2007	14.026	6.841		
Em 31.12.2006	14.387	6.723		

Em moeda nacional

<u>Indexador</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Variação Trimestral</u>	<u>Taxa de Juros</u>
IGP-M	380.664	52,31%	Spread mínimo: 4,0% aa Spread máximo: 13,4% aa
FINEL	58.729		Spread mínimo: 9,4% Spread máximo: 14,0% aa
Pré-fixado - RGR	49.486		RGR: 6,0% aa + Taxa de Administração: 2% aa
CDI	299.816		102% do CDI
Pré-fixado: FNE	93.392		14% aa; (com Bônus de Adimplemento de 15%, a taxa efetiva é 11,9% aa)
TJLP	1.479		TJLP + 5%aa (com Fator Redutor de 3%aa, o spread é 2% aa)
Em 31.03.2007	883.566		
Em 31.12.2006	580.099		

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Demonstrativo das Dívidas:

Descrição	Data da Assinatura	Objetivo	Vencimento Final	Encargos Financeiros	Consolidado	
					31/03/2007	31/12/2006
Eletrobrás					319.150	309.502
RES 150/00-2035/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	IGP-M + 13,4%aa	87.021	85.495
RES 150/00-2033/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	RGR + 6,8%aa	2.589	2.581
RES 150/00-2034/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	43.409	43.110
ECF - 1510/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 14,0%aa	518	514
ECF - 1639/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 11,5%aa	6.087	6.039
ECF - 1645/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 13,6%aa	1.048	1.039
ECF - 1960/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2023	IGP-M + 4,0%aa	123.914	121.673
ECF - 1907/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 11,0%aa	860	853
ECF - 1908/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	6.807	6.761
ECF - 1473/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	RGR + 13,6%aa	206	204
ECF - 2522/05	22/11/2006	Renegociação de Dívida	30/12/2013	RGR + 7,0%aa	5.865	-
ECFS - 027/04	2/6/2004	Cobertura dos custos diretos das obras referente ao PLPT	30/6/2016	RGR + 6,0%aa	15.229	15.636
ECF - 140/06	31/3/2006	Cobertura dos custos diretos das obras referente ao PLPT	31/3/2018	RGR + 6,0%aa	25.597	25.597
Eletronorte					147.753	152.288
Eletronorte - Protocolo	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/8/2015	IGP-M + 12,0%aa	90.960	90.257
Eletronorte - Suprimento	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/4/2009	IGP-M + 12,0%aa	56.793	62.031
BNB	23/11/2005	Modernização e Expansão	28/2/2017	11,9% aa	93.392	65.129
Tesouro Nacional					14.026	14.387
STN 01	12/5/1997	Renegociação de Dívida	11/4/2024	LIBOR SEM.+ 0,81%aa	3.274	3.361
STN 02	12/5/1997	Renegociação de Dívida	11/4/2024	6% aa	4.689	4.815
STN 03	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2009	LIBOR SEM.+ 0,81%aa	299	307
STN 04	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2014	8% aa	3.013	3.080
STN 05	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2012	LIBOR SEM.+ 0,88%aa	2.457	2.522
STN 06	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2009	LIBOR SEM.+ 0,88%aa	294	302
Fascemar	20/3/2001	Renegociação de Dívida	2/3/2015	102% CDI	28.494	28.468
Debêntures 2ª Emissão	2/9/2004	Renegociação de Dívida	1/6/2009	IGP-M + 12,0%aa	16.126	17.515
Debêntures 3ª Emissão	08/03/2007	Liquidação de Dívida	1/3/2013	105,8% CDI	271.322	
Concórdia CCV	28/6/2004	Compra/Venda de Debêntures	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	2.925	2.862
Fundo CCV	28/6/2004	Compra/Venda de Debêntures	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	2.925	2.862
Finep	13/6/2006	Modernização e Expansão	30/6/2013	TJLP + 2%aa	1.065	1.045
Banco do Brasil					414	428
Banco do Brasil - Finame 01	20/04/2006	Renovação de Frota	15/5/2013	TJLP + 9,5%aa	44	45
Banco do Brasil - Finame 02	20/04/2006	Renovação de Frota	15/5/2013	TJLP + 9,5%aa	370	383
TOTAL DA DÍVIDA					897.592	594.486
Circulante					50.953	45.241
Não Circulante					846.639	549.245

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural:

A ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25 de março de 2004, e nº 175, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Até 31 de março de 2007 a CEMAR tinha investido R\$396.527 (R\$356.207 até 31 de dezembro de 2006) referente ao Programa de Universalização.

Em função do impacto do Programa Luz para Todos nas metas do Plano de Universalização, e visando a antecipação do prazo da Universalização, a ANEEL, através da Resolução nº 175, de 28 de novembro de 2005, solicitou uma nova revisão das metas para o período de 2005 a 2006 e estabeleceu o prazo até 30 de dezembro de 2005 para as concessionárias apresentarem um novo cronograma.

A CEMAR, em dezembro de 2005, encaminhou à ANEEL o cronograma revisado para o Plano de Universalização, o qual foi acatado pela agência reguladora.

Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e das empresas que compõem o sistema Eletrobrás.

Em maio de 2004 foi firmado um termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da Eletrobrás, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do programa Luz para Todos, na área de concessão da CEMAR, propiciando o atendimento de aproximadamente 249.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Portaria ANEEL nº 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades.

A CEMAR é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº 027/2004, assinado em 2 de junho de 2004, com a Eletrobrás, e seus aditivos ECFS nº 027-A/2004, ECFS nº 027-B/2004 e ECFS nº 027-C/2004, ainda vigentes. Este contrato e seus aditamentos prevêm o atendimento de 47.043 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$231.620.

Em março de 2006, a CEMAR assinou, também com Eletrobrás, o contrato ECFS nº 140/2006 – 2ª Tranche, referente a 2ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 59.856 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$275.434.

Os recursos da Eletrobrás serão aplicados conforme demonstrado a seguir:

- O montante equivalente a até 11,3% do custo total das respectivas obras de ambos os contratos, estimadas em R\$547.804, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, o qual corresponde à abertura de um crédito no valor de R\$61.902; e
- O montante total equivalente a até 73,7% do custo total das respectivas obras, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de R\$485.902, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003.

Até 31 de março de 2007 a CEMAR já havia recebido um total de R\$122.347 mil, referentes ao contrato ECFS-027/2004, sendo R\$16.316 mil provenientes dos recursos da RGR e R\$106.031 mil da CDE; e R\$192.804 mil, referentes ao contrato ECFS-140/2006, sendo R\$25.707 mil provenientes dos recursos da RGR e R\$167.097 mil da CDE.

16 DEBÊNTURES (Valores expressos em Reais)

Primeira e Segunda Emissão de Debêntures

As debêntures, originalmente emitidas pela Controlada no montante de R\$150.000.000,00 em junho de 2001, foram aplicadas na melhoria da estrutura de capital da CEMAR e destinaram-se ao financiamento do capital de giro e às inversões no programa de investimentos para a melhoria e a expansão dos serviços prestados pela CEMAR.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Características da Primeira Emissão das Debêntures:

<u>Valor Nominal Unitário:</u>	R\$10.000,00
<u>Quantidade:</u>	15.000 debêntures.
<u>Espécie:</u>	Com garantia flutuante.
<u>Conversibilidade e Forma:</u>	Não conversível, nominativo escritural.
<u>Prazo e Data de Vencimento:</u>	60 meses, vencendo em 1º de junho de 2006.
<u>Juros Remuneratórios:</u>	100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – “Taxa DI”, expressa na forma percentual ao ano, na base de 252 dias úteis, acrescida da sobretaxa de 1% (um ponto percentual) efetiva ao ano, na base de 252 dias.

b) Renegociação:

Em 25 de março de 2004, foi realizada a 13ª Assembléia Geral de Debenturistas – AGD da CEMAR, na qual os debenturistas presentes, representando 99,6867% das 15.000 debêntures em circulação, deliberaram os seguintes assuntos:

- (i) Dos debenturistas presentes, o total que representava conjuntamente 97,7068% das debêntures em circulação, aprovaram os termos do “Acordo de Subscrição de Debêntures e Outros Pactos” (“Acordo”) apresentado, que ficou arquivado na sede do Agente Fiduciário, bem como re-ratificaram a proposta de reestruturação das dívidas da CEMAR aprovada nos termos da 8ª Assembléia Geral dos Debenturistas;
- (ii) Os demais debenturistas, Fundos Concórdia Multi Investimento Financeiro (Fundo – CCV) e a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, que possuíam conjuntamente 2,6666% das debêntures em circulação, aceitaram ajustar os seus créditos em condições similares às disponibilizadas para a Eletrobrás e a Eletronorte.

Neste contexto, foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária – AGE de 30 de abril de 2004, a emissão pública de 73.642 debêntures da CEMAR, com valor nominal de R\$1.000,00 cada, conversíveis em ações, com garantia flutuante. Tais debêntures foram emitidas em 16 de setembro de 2004, de acordo com a “Escritura da Segunda Emissão Pública das Debêntures Conversíveis em Ações e com Garantia Flutuante da Companhia”, com as seguintes características:

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Características da Segunda Emissão das Debêntures:

<u>Número da emissão:</u>	2ª emissão
<u>Série:</u>	Única
<u>Data da emissão:</u>	16/09/2004
<u>Quantidade:</u>	73.642 debêntures
<u>Valor Nominal:</u>	R\$1.000,00
<u>Montante Líquido da Emissão:</u>	R\$73.642.000,00
<u>Valor Nominal do Prêmio:</u>	R\$2.223,07
<u>Espécie:</u>	Com garantia flutuante
<u>Tipo de emissão:</u>	Simple
<u>Natureza da emissão:</u>	Pública
<u>Conversibilidade e forma:</u>	conversíveis em ações nominativa escritural
<u>Prazo e data de vencimento:</u>	60 meses vencendo a primeira parcela 30 dias após a data de emissão
<u>Atualização:</u>	de acordo com a variação da Taxa SELIC, no período de 29/02/2004 até a data da efetiva integralização que ocorreu em 16/09/2004. A partir da emissão, a atualização ocorre anualmente pelo IGP-M através de Bônus.
<u>Juros:</u>	12% ao ano, a partir da data da integralização

A dívida relativa à segunda emissão de debêntures, consolidada e atualizada de acordo com a variação da "Taxa SELIC" no período de 29 de fevereiro de 2004 até a data da subscrição (16 de setembro de 2004), era de R\$1.084,78 para o valor nominal unitário; e de R\$2.411,55 para o respectivo valor do prêmio de emissão, perfazendo um total de R\$3.496,34 por debênture, e foi utilizada para aquisição das novas debêntures, ficando os créditos originalmente detidos pelos subscritores extintos.

O montante total de R\$177.591.596,20, correspondente ao prêmio de emissão das debêntures, foi contabilizado como reserva de capital no patrimônio líquido em 2004.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Acompanhamento dos *Covenants* das Debêntures Conversíveis em Ações da Controlada:

As debêntures emitidas pela CEMAR em 2004 possuem os seguintes covenants:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão do PASSIVO ONEROSO LÍQUIDO pelo LAJIDA dos últimos 12 meses menor ou igual a 4,5 (quatro e meio)

2º Covenant: Quociente resultante da divisão do LAJIDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS maior ou igual a 1,5 (um e meio).

Dados da Controlada:

	R\$mil			
	1T07	4T06	3T06	2T06
Dívida Bruta	897.592	594.486	565.815	535.098
(-) Dívida com Eletrobrás	(123.914)	(121.673)	(118.803)	(117.325)
= Passivo Oneroso	773.678	472.813	447.012	417.773
(-) Disponibilidades	(434.830)	(199.443)	(167.371)	(99.532)
(-) Baixa Renda a Receber	(10.846)	(11.273)	(15.190)	(9.572)
= Passivo Oneroso Líquido	328.002	262.097	264.451	308.669
Resultado do Serviço	66.138	80.906	95.463	52.779
Depreciação	12.818	15.426	14.708	13.664
LAJIDA	78.956	96.332	110.171	66.443
Despesas Não Recorrentes	10.946	(6.585)	10.803	13.449
Contingências	2.319	(9.007)	1.766	2.274
Despesas com Reestruturação	974	810	1.845	3.023
Provisão para Devedores Duvidosos/Perda	7.653	1.612	7.192	8.152
LAJIDA Ajustado Trimestral	89.902	89.747	120.974	79.892
LAJIDA Ajustado dos últimos 12 meses	380.515	364.002	349.903	283.400
Desp. Fin. Líquida Trimestral	11.934	10.295	9.386	9.038
Desp. Fin. Líquida dos últimos 12 meses	40.653	36.792	33.810	31.823
1º Covenant: <=4,5	0,9	0,7	0,8	1,1
2º Covenant: >=1,5	9,4	9,9	10,3	8,9

O não cumprimento destes covenants durante mais de dois trimestres consecutivos ou intercalados acarretará no vencimento antecipado das debêntures. Até 31 de março de 2007 a CEMAR manteve-se dentro dos limites estipulados nos *covenants*.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Terceira Emissão de Debêntures

No dia 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados no montante de R\$267.300.000,00, os quais, acrescidos de juros, representam em 31 de março de 2007 R\$271.322.312,76, destinam-se prioritariamente para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia.

a) Características da Terceira Emissão das Debêntures:

<u>Número da Emissão:</u>	3ª emissão
<u>Série:</u>	Única
<u>Data da Emissão:</u>	01/03/2007
<u>Data de Vencimento</u>	01/03/2013
<u>Quantidade:</u>	26.730 debêntures
<u>Valor Nominal:</u>	R\$10.000,00
<u>Montante da Emissão:</u>	R\$267.300.000,00
<u>Espécie:</u>	Subordinada
<u>Tipo e Forma:</u>	Escritural e Nominativa
<u>Garantia</u>	Fiança prestada pela Equatorial Energia - Controladora da Emissora
<u>Conversibilidade:</u>	Não conversíveis em ações
<u>Data de Vencimento</u>	01/03/2013
<u>Juros</u>	105,8% do CDI
<u>Pagamento</u>	Semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2007 e o último pagamento em 1º de março de 2013

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Amortização Programada

As Debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme as datas mencionadas abaixo:

01/03/2011 – 20% do valor nominal

01/03/2012 – 20% do valor nominal

01/03/2013 – 60% do valor nominal

b) Acompanhamento dos *Covenants* das Debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia em 2007 possuem os seguintes *covenants*:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão do DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses menor ou igual a 2,5 (dois e meio)

2º Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS maior ou igual a 1,5 (um e meio).

Dados da Controlada:

	R\$miL			
	1T07	4T06	3T06	2T06
Dívida Bruta	897.592	594.486	565.815	535.098
(-) Disponibilidades	(434.830)	(199.443)	(167.371)	(99.532)
(-) Baixa Renda a Receber	(10.846)	(11.273)	(15.190)	(9.572)
(-) Ativos Regulatórios Líquidos	(96.558)	(103.663)	(109.320)	(75.621)
= Dívida Financeira Líquida	355.358	280.107	273.934	350.373
EBITDA	78.956	96.332	110.171	66.443
EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses	351.902	340.603	312.509	249.914
1º Covenant: <=2,5	1,0	0,8	0,9	1,4
Desp. Fin. Líquida Trimestral	11.934	10.295	9.386	9.038
Desp. Fin. Líquida dos últimos 12 meses	40.653	36.792	33.810	31.823
2º Covenant: >=1,5	8,7	9,3	9,2	7,9

O não cumprimento destes *covenants* durante o período de apuração poderá acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Até 31 de março de 2007 a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos *covenants*.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2007	31/12/2006
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	801	801
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	2.010	4.622
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	456	404
Taxa de Fiscalização – ANEEL	169	169
	3.436	5.996

18 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2007		31/12/2006		31/03/2007		31/12/2006	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS		-	-	-	593	642	690	606
Encargos Sociais e Outros	53	-	24	-	10.999	-	7.555	-
ICMS		-	-	-	13.309	2.553	16.559	2.583
Provisão de IRPJ / CSLL	1.307	-	456	-	6.212	-	2.695	-
PIS e COFINS		-	-	-	11.966	-	12.017	-
REFIS/PAES (a)		-	-	-	1.851	14.259	1.851	14.692
TOTAL	1.360	-	480	-	44.930	17.454	41.367	17.881

a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS / Parcelamento Especial – PAES:

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Saldo no Início do Período	16.543	4.143
Complemento Provisão - INSS	-	7.122
Compensação com Depósito Recursal - INSS	-	(1.411)
Atualizações (Complemento Provisão - INSS)	-	6.627
Complemento Provisão - SRF	-	492
Pagamentos	(494)	(498)
Atualizações	61	68
Saldo no Final do Período	16.110	16.543
Passivo Circulante	1.851	1.851
Passivo Não Circulante	14.259	14.692

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 29 de novembro de 2000, a CEMAR ingressou no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. Esse programa visa à regularização dos créditos da União, dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal – SRF e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, relativos aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2000. O programa previu, e foram utilizados, os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, para a liquidação dos valores correspondentes às multas e aos juros incluídos no programa, bem como à atualização monetária do saldo com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O pagamento da dívida fiscal apurada, no caso da CEMAR, estava sendo efetuado em 60 parcelas mensais desde março de 2000, segundo as regras do REFIS. Como garantia, em caso da exigibilidade da dívida com o REFIS, foram oferecidos os créditos oriundos das vendas da energia elétrica.

Em 30 de maio de 2003, através da Lei nº 10.684/03 (Parcelamento Especial – PAES), o Governo Federal permitiu um novo parcelamento em até 180 meses, para os débitos junto à Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social, vencidas até 28 de fevereiro de 2003, inscritos ou não na dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal ou que tivessem sido objeto de parcelamento anterior, com correção mensal da TJLP. Neste sentido a CEMAR, em 31 de julho de 2003, ingressou nesse programa optando pelo parcelamento em 120 meses, incluindo os débitos fiscais, onde houve a desistência de processos judiciais e administrativos.

Com o ingresso no Parcelamento Especial – PAES, a CEMAR assumiu determinadas obrigações conforme a legislação correspondente, dentre as quais se destacam:

- a autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal – SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira;
- o acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas;
- o cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; e
- o pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º de março de 2003, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento.

A exclusão da pessoa jurídica do PAES implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e a automática execução da garantia prestada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza da Ação	Consolidado					
	31/03/2007			31/12/2006		
	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida
Cíveis e Tributárias	40.158	3.735	36.423	42.872	3.447	39.425
Trabalhistas	10.257	9.996	261	9.678	9.864	(186)
	50.415	13.731	36.684	52.550	13.311	39.239
Circulante	11.899	8.282	3.617	11.990	8.036	3.954
Não Circulante	38.516	5.449	33.067	40.560	5.275	35.285
	50.415	13.731	36.684	52.550	13.311	39.239

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelo departamento jurídico da Companhia e de sua Controlada e por assessores externos, com valor estimado para as causas trabalhistas, tributárias e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. As Administrações da Companhia e de sua Controlada consideram que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis no curso das ações em andamento, conforme descrição abaixo:

Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Controlada, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis e Tributárias

O valor provisionado com valor individual mais representativo corresponde à ação de Prestação de Contas de Taxa de Iluminação Pública – TIP, ação interposta pela Prefeitura do Município de São Luís contra a CEMAR, visando receber os valores decorrentes da arrecadação e questionando o repasse e os investimentos feitos no parque de iluminação pública da cidade. Em paralelo, a CEMAR interpôs ação similar, cujos feitos tramitam em apenso no cartório para decisão única. A perita oficial já apresentou laudo contábil e as partes se pronunciaram sobre os documentos por ela apresentados, aguardando o início da fase de instrução. Tramitam no Tribunal diversos recursos, dos quais um agravo julgado procedente deu a CEMAR o direito de ter sua prestação de contas avaliada pelo

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

judiciário. Desta forma, as demonstrações financeiras da CEMAR contemplam provisão de R\$19.500.

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências monitoradas pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da Companhia e de sua Controlada e seus assessores externos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível ou remota nos montantes de R\$26.146 e R\$10.473, respectivamente (R\$33.162 e R\$9.748, respectivamente, em 31 de dezembro de 2006) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia e sua Controlada consideram que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

20 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	3.160	2.775
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.130	5.365
Programa de Eficiência Energética - PEE	10.683	9.875
Total	19.973	18.015

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico – P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 18 de janeiro de 2007, a Brasil Energia, controladora da Equatorial, alienou através de leilão realizado na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, 6.286.433 UNITS de emissão da Companhia, representativas de 6,12% do capital votante e 9,59% do capital total da Equatorial. Após referida alienação, a Brasil Energia passou a deter 61.030.707 ações emissão da Equatorial, representativas de 55,95% do capital votante e 31,03% do capital total da Equatorial. O objetivo da operação foi simplesmente diminuição de participação societária, não havendo alteração na composição do controle ou na estrutura administrativa da Equatorial.

Desta forma, a composição do capital social da Companhia em 31 de março de 2007 passou a ser representado da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>
BRASIL ENERGIA I LCC	61.030.710	31,03%	57.420.395	55,95%	3.610.315	3,84%
OUTROS	135.644.467	68,97%	45.214.825	44,05%	90.429.642	96,16%
TOTAL	196.675.177	100,00%	102.635.220	100,00%	94.039.957	100,00%

As ações preferenciais da Companhia não têm direito a voto nas Assembléias Gerais da Companhia, mas têm prioridade na distribuição dos dividendos mínimos e obrigatórios, de 25% do lucro líquido no exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral. A Companhia aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, e garantiu 100% "Tag Along" aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

b) Reservas de Lucros a Realizar

Em 31 de dezembro de 2005, conforme previsto na Lei 6.404/76, baseada no resultado de equivalência patrimonial do exercício, a Administração propôs a destinação do resultado daquele exercício, após a constituição da reserva legal e destinação dos dividendos, para Reservas de Lucros a Realizar, no montante de R\$163.053. Conforme mencionado no item "a", a Assembléia Geral e Extraordinária realizada em 10 de março de 2006, aprovou a capitalização dessa reserva.

Ao encerramento do exercício de 2006, parte do resultado do exercício, após a constituição da reserva legal e destinação dos dividendos, foi destinado para Reservas de Lucros a Realizar, no montante de R\$5.363.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reorganização Societária

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, em 6 de março de 2006 a ANEEL aprovou a reestruturação societária, a qual contemplou a alienação indireta das ações representativas de 50% do capital votante e 46,25% do capital social da Brasil Energia I, que passaram a ser detidas indiretamente pelo UBS Pactual Latin America Power Fund Ltd., fundo gerido por subsidiária integral do UBS Pactual S.A., ("Fundo Pactual"). Tal reestruturação foi implementada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07 de março de 2006 em que foi aprovada a incorporação pela Companhia, das ações detidas pela SVM Participações na própria Companhia. Tal incorporação teve como objetivo concentrar a participação no capital da Companhia na Brasil Energia I, sua nova controladora.

d) Oferta Pública de Ações

Em 30 de março de 2006, a Companhia realizou uma Oferta Pública de Ações, ocorrida mediante a distribuição pública primária de 12.800.000 novas ações ordinárias e 25.600.000 ações preferenciais escriturais, sem valor nominal compondo 12.800.00 UNITS, e simultaneamente a distribuição secundária de 24.460.000 novas ações ordinárias e 48.920.000 ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, (compondo 24.460.00 UNITS) de titularidade dos acionistas controladores e dos administradores, ambas ao preço unitário de R\$ 14,50 por UNIT, perfazendo o total de R\$540.270. Desse total R\$185.600 referentes à Oferta Primária será integralizado ao capital social da Companhia. Este montante foi integralizado em 5 de abril de 2006. Com esta operação, aproximadamente 37% das ações ordinárias e 80% das ações preferenciais da Companhia estão em circulação no mercado. O valor restante corresponde à Oferta Secundária.

Esta oferta foi realizada no âmbito do Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo-Bovespa, na forma de UNITS, composta por 1 (uma) ação ordinária (ON) e 2 (duas) ações preferenciais (PN).

e) Programa de Opção de Compra de Ações:

Em 2 de fevereiro de 2006, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, e re-ratificado em 13 de fevereiro de 2006, o Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (Plano), contendo dois programas - o Primeiro e Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia. Nestes programas, estão incluídas ações ordinárias e ações preferenciais representativas do capital social, a ser administrado por um comitê, formado por 3 membros do seu Conselho de Administração, o Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (Comitê). O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão de opções. Abaixo temos uma descrição dos programas do Plano.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa 1 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 1”)

O Programa 1 contempla opções para subscrição de 2.934.242 ações ordinárias e 5.868.481 ações preferenciais de emissão da Equatorial, que já foram inteiramente alocadas para os administradores da Equatorial e de sua controlada. O preço de subscrição destas ações é de R\$1,00 (um real) por lote de 100.000 ações, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) a partir de 9 de março de 2006. O exercício por cada beneficiário do Programa 1 de suas opções é condicionado a integralização das ações subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano de Opção de Compra de Ações CEMAR, observada a seguinte proporção: para cada 1.000.000 (um milhão) de ações subscritas ou adquiridas no Plano de Opção de Compra de Ações CEMAR, o Beneficiário poderá exercer a opção de adquirir ou subscrever 11,85 ações ordinárias e 23,69 ações preferenciais, objeto do Programa 1. Até a presente data, já foram subscritas 1.613.835 ações ordinárias e 3.227.658 ações preferenciais de emissão da Equatorial dentro do Programa 1.

Programa 2 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 2”)

O Programa 2 contempla opções para subscrição de 2.271.858 ações ordinárias e 4.543.712 ações preferenciais de emissão da Equatorial. O preço de subscrição das ações ordinárias e preferenciais a serem subscritas em razão do exercício das opções objeto deste Programa 2 será sempre igual ao preço médio das ações ordinárias e preferenciais da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) nos 30 (trinta) dias anteriores a data de exercício das respectivas opções, e os beneficiários são obrigados a usar, única e exclusivamente, ações subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano de Opção de Compra de Ações CEMAR, na integralização destas ações. Até a presente data, o Comitê, dentro do Programa 2, já alocou opções para subscrição de 2.271.858 ações ordinárias e 4.543.712 ações preferenciais para seus administradores e colaboradores, sendo que permanecem 211.397 ações ordinárias e 422.793 ações preferenciais ainda não alocadas. Das opções alocadas já foram subscritas 1.040.744 ações ordinárias e 2.141.484 ações preferenciais, através da integralização de 204.329.735.847 ações ordinárias de emissão da CEMAR. Esta subscrição aumentou a participação da Companhia na CEMAR de 64,96% em 31 de dezembro de 2005 para 65,35% em 31 de março de 2007.

Resumidamente, as informações relativas aos planos de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

Em Ações	Primeiro Programa		Segundo Programa	
	ON	PN	ON	PN
Número de ações oferecidas no plano	2.934.242	5.868.481	2.271.858	4.543.721
Opções exercidas (*)	(1.613.835)	(3.227.658)	(1.040.744)	(2.141.484)
Ações não exercidas até 31 de março de 2007	1.320.407	2.640.823	1.231.114	2.402.237

(*) Opções exercidas em 9 de março de 2006, vide item “a” acima.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A emissão da totalidade das opções remanescentes relativas ao Programa 1 do Plano de Opção de Compra de Ações Equatorial implicaria em diluição adicional para os atuais acionistas equivalente a 2,0%. A emissão da totalidade das opções remanescentes e já alocadas relativas ao Programa 2 do Plano de Opção de Compra de Ações Equatorial implicaria em diluição adicional para os atuais acionistas de até 1,5%, e aumentaria a participação da Equatorial na sua controlada CEMAR em até 1,2%.

22 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o período findo em 31 de março de 2007, os administradores da Equatorial perceberam remuneração a título de honorários no montante de R\$112, contabilizados como despesa com pessoal e administradores.

23 FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 31 de março de 2007, a composição do fornecimento de energia elétrica da Controlada, por classes de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	31/03/2007			31/03/2006		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil
Residencial	1.184.658	310.250	113.973	1.101.070	282.450	93.114
Industrial	9.472	95.104	29.905	9.380	85.931	24.353
Comercial	99.545	144.146	61.925	95.296	137.979	52.269
Rural	61.782	26.054	6.524	58.816	22.273	5.076
Poder Público	15.464	48.481	20.656	14.520	45.992	17.240
Iluminação Pública	458	51.622	11.634	416	47.495	9.648
Serviço Público	1.615	49.443	14.412	1.376	47.363	12.377
Consumo Próprio			-			-
Suprimento - MAE e CEPISA			510			205
Baixa Renda			16.677			13.592
RTE			-			-
Enc. Capacidade Emergencial			-			76
Outras			3.954			2.686
RTD			4.464			14.414
CVA - PLPT			(8.075)			-
Total	1.373.183	726.113	276.559	1.281.118	670.540	245.050

(*) Informações não auditadas pelos auditores.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24 RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte a composição por natureza de gasto:

	Controladora				1T06 Total
	1T07			Total	
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas Administrativas		
Custos/Despesas Operacionais	-	-	208	208	-
Pessoal	-	-	1.118	1.118	-
Material	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	-	-	553	553	9
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	77	77	-
Resultado Financeiro	-	-	-	(7.277)	12.808
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	-	(26.852)	(22.008)
TOTAL	-	-	1.956	(32.173)	(9.191)

	Consolidado				1T06 Total
	1T07			Total	
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas Administrativas		
Custos/Despesas Operacionais					
Pessoal	2.620	2.838	7.418	12.876	15.225
Material	910	320	355	1.585	1.372
Serviços de terceiros	4.511	6.949	4.904	16.364	13.381
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	507	-	507	401
Energia elétrica comprada para revenda	63.287	-	-	63.287	53.791
Encargos de uso do sistema de transmissão	12.951	-	-	12.951	10.598
Depreciação e amortização	11.439	-	1.379	12.818	13.103
Arrendamento e aluguéis	142	383	188	713	763
Provisões	-	7.653	2.319	9.972	1.882
Outros	315	(1.215)	774	(126)	6.782
Resultado Financeiro				769	18.830
Resultado da Equivalência Patrimonial				1.281	1.244
TOTAL	96.175	17.435	17.337	132.997	137.372

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

a) Características do Plano de Aposentadoria:

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Hoje, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No trimestre findo em 31 de março de 2007, esse valor importou em R\$374 (R\$448 no trimestre findo em 31 de março de 2006).

b) Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão:

De acordo com a Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a partir do exercício de 2001 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

A CEMAR não mantém saldo para fazer face às obrigações com a patrocinadora, uma vez que os cálculos atuariais efetuados em 31 de dezembro de 2006, de acordo com a Deliberação nº 371 da CVM, não indicaram a existência de passivo atuarial.

26 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia e pela sua Controlada estão demonstrados a seguir:

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Riscos	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações e Estoques	1/1/2008	104.620	309
Responsabilidade Civil Geral - Operações	1/1/2008	1.000	87
Automóvel	1/2/2008	*	18

* Seguro de 10 veículos pelo valor de mercado

A Companhia e sua Controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e de sua Controlada são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS – INSTRUÇÃO CVM Nº 235

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, ao valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

A valorização, dos principais instrumentos financeiros são as seguintes:

ATIVO:

Disponibilidade e Contas a Receber

Os valores de tais instrumentos aproximam-se do valor de mercado devido aos seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO:

Empréstimos e Financiamentos

Estas operações de crédito no país e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço, seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31 de março de 2007, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 FATORES DE RISCO – INSTRUÇÃO CVM Nº 235

Em 23 de março de 1995, a CVM, através da Instrução nº 235, estabeleceu os mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, dos fatores de risco da Companhia e de sua controlada e do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

Por ser uma holding de investimentos, os principais riscos da Companhia estão relacionados à performance de sua controlada, conforme detalhado abaixo:

- Risco de Crédito: Os altos valores, bem como as idades dos recebíveis constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da CEMAR. A Administração acompanha as situações em aberto e registra provisões para os casos necessários de acordo com a orientação da ANEEL;
- Risco de Mercado: Conforme regulamentação do Decreto Lei nº 5.163 de 30 de junho de 2004, a CEMAR deverá adquirir energia necessária para atender o seu mercado em 100% de cobertura contratual, através de contratos existentes (inicial e leilão de 2002) e leilão do ambiente regulado. Desta maneira, a configuração do mercado de energia, principalmente relativo a um eventual acréscimo na demanda em 2006, representa um risco para a CEMAR. Adicionalmente, deve ser observado o contexto atual dos valores a receber em decorrência das transações na CCEE;
- Risco de Taxa de Juros: Este risco é oriundo da possibilidade da controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A controlada não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A controlada considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam a sua opção por taxas flutuantes;
- Risco de Vencimento Antecipado: A controlada possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses *covenants* pode implicar em vencimento antecipado da dívida; e

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Risco quanto à Escassez de Energia: A energia adquirida e vendida pela controlada é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

29 EVENTO SUBSEQÜENTE

- (a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, os recursos captados pela CEMAR na 3ª emissão de debêntures no montante de R\$267.300.000,00 destinam-se prioritariamente para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Controlada e, os recursos excedentes, para implementação do seu programa de investimentos da Companhia. No mês de abril de 2007, ocorreram os pré-pagamentos contemplando os seguintes contratos mencionados abaixo:

Contratos	Valor (R\$ mil)
ELETROBRÁS (2035/00)	87.073
ELETRONORTE (Protocolo)	91.065
ELETRONORTE (Suprimento)	56.919
2ª Emissão de Debêntures	16.953
Concórdia CCV	2.946
Fundo CCV	2.946
TOTAL	257.902

- (b) Em 27 de abril de 2007, a CEMAR recebeu a 4ª liberação de recursos no total de R\$52.161, previstos no contrato ECFS-140/2006 celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, referente à 2ª Tranche do Programa Luz para Todos, sendo R\$6.955 provenientes dos recursos da RGR e R\$45.206 da CDE.
- (c) Baseado na Lei 11.196/2005, Artigo 31, a CEMAR protocolou na SUDENE o requerimento para usufruir do benefício de depreciação acelerada para fins fiscais. Este benefício pode ser aplicado em empresas enquadradas em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional e localizadas nas áreas de atuação da SUDENE. No dia 27 de abril de 2007, a SUDENE, através do ofício nº 548/2007, deferiu o pedido, autorizando a utilização do referido incentivo fiscal.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com esse benefício, a CEMAR poderá excluir da apuração do lucro real ,para fins de cálculo do imposto de renda, a depreciação integral (equivalente ao valor total do bem), dentro do próprio ano de aquisição, dos investimentos efetuados nos municípios maranhenses de Timon, Santa Inês e Bacabal. As informações trimestrais findas em 31 de março de 2007 contemplam o benefício fiscal referente ao período de janeiro a março de 2007, no montante líquido de R\$7.612.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide Comentário de Desempenho Consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
1	Ativo Total	2.253.765	1.960.427
1.01	Ativo Circulante	890.015	660.949
1.01.01	Disponibilidades	625.113	385.776
1.01.01.01	Caixa	273	2.951
1.01.01.02	Contas Bancárias à Vista	252.810	38.257
1.01.01.03	Ordens de Pagamentos Emitidas	1.112	1.020
1.01.01.04	Fundos de Caixa	190	385
1.01.01.05	Aplicações em Mercado Aberto	362.900	334.140
1.01.01.06	Numerários em Trânsito	7.828	9.023
1.01.02	Créditos	166.624	168.122
1.01.02.01	Clientes	166.624	168.122
1.01.02.01.01	Consumidores e Revendedores	195.758	198.299
1.01.02.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	(29.134)	(30.177)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	5.462	8.235
1.01.04	Outros	92.816	98.816
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	32.334	23.598
1.01.04.02	Baixa Renda	10.846	11.273
1.01.04.03	Pagamentos Antecipados	24.137	33.751
1.01.04.04	IR/CSLL Diferidos	17.667	23.644
1.01.04.05	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.06	Dividendos a Receber	0	0
1.01.04.07	Outros Créditos a Receber	7.832	6.550
1.02	Ativo Não Circulante	1.363.750	1.299.478
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	344.850	335.461
1.02.01.01	Créditos Diversos	344.850	335.461
1.02.01.01.01	Consumidores e Revendedores	22.464	18.882
1.02.01.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	(3.449)	(3.163)
1.02.01.01.03	Impostos a Recuperar	38.326	34.231
1.02.01.01.04	Pagamentos Antecipados	84.263	79.156
1.02.01.01.05	IR/CSLL Diferidos	203.246	206.355
1.02.01.01.06	Depósitos Judiciais	0	0
1.02.01.01.07	Outros Créditos a Receber	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.018.900	964.017
1.02.02.01	Investimentos	237.774	239.055
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -31/12/2006
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	237.553	238.834
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	221	221
1.02.02.02	Imobilizado	781.126	724.962
1.02.02.02.01	Imobilizado	1.134.575	1.080.996
1.02.02.02.02	(-)Obrig. Vinculadas à Conc. do Serviço	(353.449)	(356.034)
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 - 31/12/2006
2	Passivo Total	2.253.765	1.960.427
2.01	Passivo Circulante	428.716	476.056
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	40.337	38.824
2.01.01.01	Encargos da Dívida	1.754	1.244
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	38.583	37.580
2.01.02	Debêntures	10.616	6.417
2.01.03	Fornecedores	103.581	157.579
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	44.930	41.367
2.01.05	Dividendos a Pagar	164.900	164.900
2.01.06	Provisões	16.978	19.925
2.01.06.01	Provisões de Férias e Encargos	13.361	15.971
2.01.06.02	Provisão para Contingências	3.617	3.954
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	47.374	47.044
2.01.08.01	Folha de Pagamento	671	439
2.01.08.02	Taxa de Iluminação Pública	7.498	9.160
2.01.08.03	Taxas Regulamentares	3.436	5.996
2.01.08.04	Valores a Pagar	0	0
2.01.08.05	Empresa de Pesquisa Energética	3.160	2.775
2.01.08.06	Pesquisa e Desenvolvimento	6.130	5.365
2.01.08.07	Programa de Eficiência Energética	10.683	9.875
2.01.08.08	Outros Créditos a Pagar	15.796	13.434
2.02	Passivo Não Circulante	897.160	602.411
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	897.160	602.411
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	569.807	538.147
2.02.01.02	Debêntures	276.832	11.098
2.02.01.03	Provisões	33.067	35.285
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	33.067	35.285
2.02.01.03.02	Entidade de Previdência Privada	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	17.454	17.881
2.02.01.06.01	Ressarcimento Gerador - MAE	0	0
2.02.01.06.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.454	17.881
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	172.508	157.423
2.04	Patrimônio Líquido	755.381	724.537
2.04.01	Capital Social Realizado	713.217	713.217
2.04.01.01	Capital Social Subscrito	713.217	713.217
2.04.01.02	Capital Social a Integralizar	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -31/12/2006
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	11.320	11.320
2.04.04.01	Legal	5.957	5.957
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	5.363	5.363
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.844	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	276.559	276.559	245.050	245.050
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	272.246	272.246	242.147	242.147
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	510	510	178	178
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	153	153	76	76
3.01.04	Outras Receitas	3.650	3.650	2.649	2.649
3.02	Deduções da Receita Bruta	(81.430)	(81.430)	(73.208)	(73.208)
3.02.01	(-) ICMS sobre Venda de Energia Elétrica	(42.274)	(42.274)	(37.298)	(37.298)
3.02.02	(-) COFINS	(21.137)	(21.137)	(18.475)	(18.475)
3.02.03	(-) PIS	(4.589)	(4.589)	(4.011)	(4.011)
3.02.04	(-) PIS/COFINS sobre Ativo Regulatório	0	0	0	0
3.02.05	(-) Cota para RGR	(2.404)	(2.404)	(2.617)	(2.617)
3.02.06	(-) ISS	(196)	(196)	(121)	(121)
3.02.07	(-) Encargo de Capacidade Emergencial	(153)	(153)	(51)	(51)
3.02.08	(-) Encargos do Consumidor	(10.677)	(10.677)	(10.635)	(10.635)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	195.129	195.129	171.842	171.842
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(96.175)	(96.175)	(87.066)	(87.066)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(63.287)	(63.287)	(53.791)	(53.791)
3.04.02	Encargos Uso Sistema Transm. e Distrib.	(12.951)	(12.951)	(10.599)	(10.599)
3.04.03	Custo de Operação - Pessoal	(2.620)	(2.620)	(2.683)	(2.683)
3.04.04	Custo de Operação - Material	(911)	(911)	(1.098)	(1.098)
3.04.05	Custo de Operação - Serviço de Terceiros	(4.511)	(4.511)	(5.065)	(5.065)
3.04.06	Custo de Operação - Deprec. e Amort.	(11.439)	(11.439)	(12.486)	(12.486)
3.04.07	Custo de Operação - Arrend. e Aluguel	(142)	(142)	(162)	(162)
3.04.08	Custo de Operação - Taxa de Fiscalização	0	0	0	0
3.04.09	Custo de Operação - Outros	(314)	(314)	(938)	(938)
3.04.10	Custo do Serv.Terceiros - Pessoal	0	0	(74)	(74)
3.04.11	Custo do Serv.Terceiros - Material	0	0	(48)	(48)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.04.12	Custo do Serv.Terceiros - Serv.Terceiros	0	0	(117)	(117)
3.04.13	Custo do Serv.Terceiros - Deprec. Amort.	0	0	0	0
3.04.14	Custo do Serv.Terceiros - Arrend.Aluguel	0	0	0	0
3.04.15	Custo do Serv.Terceiros - Outros	0	0	(5)	(5)
3.05	Resultado Bruto	98.954	98.954	84.776	84.776
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(36.822)	(36.822)	(50.306)	(50.306)
3.06.01	Com Vendas	(17.435)	(17.435)	(16.473)	(16.473)
3.06.01.01	Despesas com Vendas	(9.782)	(9.782)	(16.052)	(16.052)
3.06.01.02	Prov/Rev. PDD e Perda Cliente Incobrável	(7.653)	(7.653)	(421)	(421)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(17.337)	(17.337)	(13.758)	(13.758)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(10.104)	(10.104)	(8.362)	(8.362)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(2.244)	(2.244)	(2.301)	(2.301)
3.06.02.03	Prov/Rev. Contingências	(2.319)	(2.319)	(1.462)	(1.462)
3.06.02.04	Depreciação e Amortização	(1.379)	(1.379)	(617)	(617)
3.06.02.05	Outras Despesas Operacionais	(1.291)	(1.291)	(1.016)	(1.016)
3.06.03	Financeiras	(769)	(769)	(18.831)	(18.831)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	21.060	21.060	14.916	14.916
3.06.03.01.01	Rendas Financeiras	19.904	19.904	11.493	11.493
3.06.03.01.02	Acréscimo Moratório de Energia Vendida	1.156	1.156	3.423	3.423
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(21.829)	(21.829)	(33.747)	(33.747)
3.06.03.02.01	Encargos da Dívida	0	0	0	0
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	(414)	(414)	(187)	(187)
3.06.03.02.03	Juros dos Empréstimos e Financiamentos	(17.822)	(17.822)	(19.327)	(19.327)
3.06.03.02.04	Comissões	0	0	(12.609)	(12.609)
3.06.03.02.05	Outras Despesas Financeiras	(3.593)	(3.593)	(1.624)	(1.624)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.281)	(1.281)	(1.244)	(1.244)
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.06.06.02	Amortização do Ágio	(1.281)	(1.281)	(1.244)	(1.244)
3.06.06.03	Ganho de Capital em Controlada	0	0	0	0
3.06.06.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	62.132	62.132	34.470	34.470
3.08	Resultado Não Operacional	644	644	(762)	(762)
3.08.01	Receitas	4.195	4.195	343	343
3.08.01.01	Receita Não Operacional	4.195	4.195	343	343
3.08.02	Despesas	(3.551)	(3.551)	(1.105)	(1.105)
3.08.02.01	Despesa Não Operacional	(3.551)	(3.551)	(1.105)	(1.105)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	62.776	62.776	33.708	33.708
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(9.344)	(9.344)	(8.772)	(8.772)
3.10.01	Contribuição Social	(4.505)	(4.505)	(2.365)	(2.365)
3.10.02	Imposto de Renda	(4.839)	(4.839)	(6.407)	(6.407)
3.11	IR Diferido	(9.085)	(9.085)	(3.829)	(3.829)
3.11.01	IR/CSLL Diferidos	(9.085)	(9.085)	(3.829)	(3.829)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(13.503)	(13.503)	(12.175)	(12.175)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	30.844	30.844	8.932	8.932

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/03/2007	4 - 01/01/2007 a 31/03/2007	5 - 01/01/2006 a 31/03/2006	6 - 01/01/2006 a 31/03/2006
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	196.675.177	196.675.177	196.675.177	196.675.177
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,15683	0,15683	0,04541	0,04541
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

São Luis, 08 de maio de 2007 – A Equatorial Energia S.A. (Bovespa: EQTL11) anuncia hoje os seus resultados financeiros e operacionais do primeiro trimestre de 2007 (1T07). A Equatorial Energia é uma empresa holding que através de sua subsidiária CEMAR - Companhia Energética do Maranhão, atua no serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Maranhão. As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras da CEMAR e da Equatorial Energia, as relacionadas ao Programa “Luz para Todos” (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Por determinação da ANEEL, através do Despacho nº. 3.073 de 28 de dezembro de 2006, o plano de contas do setor elétrico passou a considerar como deduções da receita operacional bruta a constituição de CVA sobre CCC e CDE e os gastos com o Programa de Eficiência Energética, Pesquisa e Desenvolvimento, CCC e CDE. Os dados do primeiro trimestre de 2006 (1T06) serão apresentados de forma ajustada refletindo as alterações no plano de contas para permitir a comparabilidade com os resultados registrados no 1T07.

ENERGIA VENDIDA CRESCEU 8,3% NO 1T07 EM RELAÇÃO AO 1T06 E EBITDA ATINGIU R\$77,0 MILHÕES

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- A Receita Líquida atingiu R\$195,1 milhões no 1T07, 13,6% acima do 1T06.
- O PMSO atingiu R\$30,9 milhões no 1T07, uma queda de 5,3% em relação ao 1T06.
- O EBITDA atingiu R\$77,0 milhões no 1T07, um crescimento de 13,8% sobre os R\$67,6 milhões do 1T06.
- A margem EBITDA foi de 39,5% no 1T07.
- O Lucro Líquido do 1T07 foi de R\$30,8 milhões, representando um crescimento de 245,2% comparado aos R\$8,9 milhões registrados no 1T06.
- Os investimentos (excluindo investimentos diretos relacionados ao PLPT) realizados no 1T07 atingiram R\$31,5 milhões, 16,7% acima do montante investido no 1T06.
- Os investimentos diretos do PLPT atingiram R\$35,4 milhões, 14,6% acima dos R\$30,9 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.
- Ao final do 1T07, em termos acumulados, o PLPT atingiu 111,8 mil ligações.
- No 1T07, os índices de DEC e FEC da CEMAR melhoraram de 36,8% e 24,4%, respectivamente, em comparação ao 1T06.
- A Fitch Ratings conferiu rating nacional de longo prazo “A (bra)” para o crédito corporativo da Controlada.
- A CEMAR emitiu debêntures não-conversíveis em ações, no montante de R\$267,3 milhões com vencimento em 2013, a um custo de 105,8% do CDI, também com rating nacional de longo prazo “A (bra)” atribuído pela Fitch Ratings.
- As UNITS da Equatorial passaram a integrar o IEE a partir de 01 de maio de 2007 (7,099% de participação).
- A AGO de 5 de abril instalou o Conselho Fiscal, e a AGE de 5 de Abril aprovou um novo plano de opção de ações.
- O novo presidente da CEMAR, Nuno Neves, tomou posse no dia 12 de março, agregando 15 anos de experiência corporativa à equipe da Controlada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	1T06	1T07	Var. %
Receita Líquida (RL - R\$MM)	171,8	195,1	13,6%
EBITDA (R\$MM)	67,6	77,0	13,8%
Margem EBITDA (%RL)	39,4%	39,5%	0,1 p.p.
Resultado Operacional (R\$MM)	34,5	62,1	80,3%
Margem Operacional (%RL)	20,1%	31,8%	11,7 p.p.
Lucro Líquido (R\$MM)	8,9	30,8	245,2%
Margem Líquida (%RL)	5,2%	15,8%	10,7 p.p.
Investimentos CEMAR (Ex. PLPT - R\$MM)	27,0	31,5	16,7%
Investimentos Diretos PLPT (R\$MM)	30,9	35,4	14,6%
Dívida Líquida Consolidada (R\$MM)	331,9	176,0	-47,0%
Dívida Líquida Consolidada / EBITDA (últ. 12 meses)	1,5	0,5	-66,8%

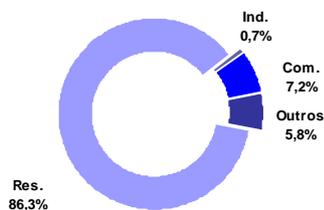
DADOS OPERACIONAIS	1T06	1T07	Var. %
Energia Vendida (MWh - não inclui cons. próprio)	669.484	725.100	8,3%
Nº de Consumidores	1.281.118	1.373.183	7,2%
Nº de Colaboradores	1.248	1.155	-7,5%

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MARANHÃO

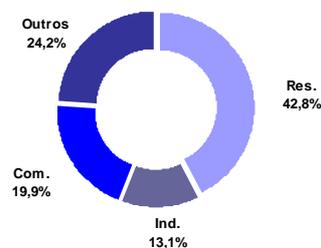
Venda de Energia Elétrica

A CEMAR possuía 1.373.183 unidades consumidoras cadastradas em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 7,2% comparando-se ao 1T06, ou em termos absolutos, uma adição de 92.065 novas unidades consumidoras em 12 meses. O PLPT contribuiu com 64,0% deste acréscimo. No 1T07 houve um crescimento de 8,3% no volume de energia faturada comparando-se com o 1T06, totalizando 725.100 MWh (excluindo o consumo próprio).

Base de Clientes (% por Classe)



Energia Vendida (% por Classe)



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CLASSE DE CONSUMO (MWh)	1T06	1T07	Var. %
Residencial	282.450	310.250	9,8%
Industrial	85.931	95.104	10,7%
Comercial	137.979	144.146	4,5%
Outros (não inclui consumo próprio)	163.124	175.600	7,6%
TOTAL	669.484	725.100	8,3%

O bom desempenho do consumo de energia pode ser atribuído principalmente às classes residencial e industrial. O crescimento do consumo da classe residencial entre o 1T06 e o 1T07 foi de 9,8%, principalmente devido ao expressivo acréscimo de novas unidades consumidoras do Programa Luz para Todos e, também, pelo aumento de 2,1% do consumo de energia por unidade consumidora, passando de 257 KWh no 1T06 para 262 KWh no 1T07. Na classe industrial, o crescimento do consumo foi de 10,7%. Os produtores de ferro gusa têm liderado o aumento do consumo no segmento industrial através da intensificação de sua produção, com um crescimento de 28,2% no consumo de energia entre o 1T06 e o 1T07. No total da energia vendida para a classe industrial entre janeiro e março de 2007, estes clientes participaram com 19,1%.

	Ano	1T
Carga Brasil (GWh)*	2007	108,857
	2006	104,999
	Var. %	3,7%
Carga Nordeste (GWh)*	2007	15,648
	2006	15,079
	Var. %	3,8%
Carga CEMAR (MWh)**	2007	1,049,401
	2006	966,750
	Var. %	8,5%

O crescimento de 8,3% no consumo de energia fez com que o comportamento do mercado na área de concessão da CEMAR superasse os crescimentos observados na região Nordeste em 4,7 p.p. (crescimento de 3,8% no 1T07 comparado ao 1T06) e no Sistema Interligado Nacional (SIN) em 4,8 p.p. (variação de 3,7% no 1T07 comparado ao 1T06). A boa evolução verificada na venda de

energia no 1T07 sinaliza para um crescimento superior a 5% em 2007. Contudo, a nossa expectativa de médio/longo prazo permanece inalterada, ou seja, esperamos um crescimento no consumo de energia próximo a 5% ao ano para os próximos 5 anos na nossa área de concessão.

* Dados referentes ao Sistema Interligado Nacional
 ** Inclui geração própria
 Fonte: ONS e CEMAR

Balanco Energético

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR, incluindo a geração própria, alcançou 1.052,2 GWh no 1T07, e o fornecimento aos consumidores, incluindo o consumo próprio e o fornecimento à CEPISA, foi de 726,3 GWh.

Bal. Energético (MWh)	MWh		Var. %
	1T06	1T07	
Energia Requerida *	966.627	1.052.179	8,9%
Energia Vendida **	670.665	726.269	8,3%
Perdas	295.962	325.910	10,1%

* Inclui geração própria

** Inclui vendas às classes, consumo próprio e fornecimento à CEPISA

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

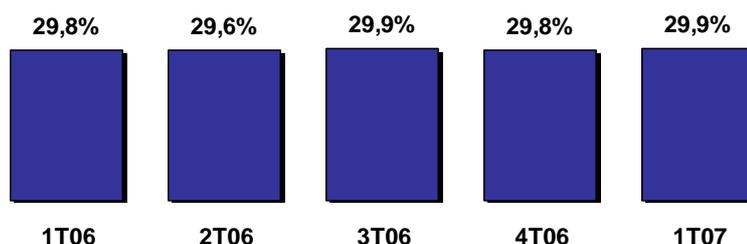
Perdas na Distribuição de Energia

Ao final de março de 2007, as perdas de energia acumuladas em 12 meses atingiram 29,9% (excluindo as perdas da rede básica), representando um aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. No 1T07, a perda total de energia foi de 325,9 GWh.

Mantivemos nossa estratégia focada na gestão e nos investimentos em melhorias na rede de baixa tensão e na medição dos consumidores que apresentaram uma boa relação de custo-benefício. A equipe continua motivada e foi reforçada para aprofundarmos ainda mais as iniciativas das melhorias nos processos e a utilização de inteligência na seleção dos alvos de recuperação de energia.

Os resultados obtidos na recuperação de energia foram anulados, em parte, pelo aumento nas perdas técnicas, resultante dos investimentos do Programa Luz para Todos, que vêm aumentando a extensão das redes de sub-transmissão e a quantidade de transformadores. Esperamos que as ações em curso propiciem uma redução de 0,5 p.p. em média nos próximos dois anos.

Perdas de Energia (% Energia Requerida – Ac. Últ. 12 Meses)



Receita Bruta Média por MWh

No 1T07, registramos R\$353,6/MWh de receita bruta média (incluindo ICMS / PIS / COFINS), representando um crescimento de 11,9%, quando comparado ao 1T06.

RECEITA BRUTA MÉDIA (R\$/MWh)*	1T06	1T07	Var.%
Residencial	329,7	367,4	11,4%
Industrial	283,4	314,4	11,0%
Comercial	378,8	429,6	13,4%
Outros	271,8	303,1	11,5%
Total	315,9	353,6	12%

*Incluindo ICMS, PIS e Cofins

Custo Médio por MWh

O custo médio de aquisição de energia (excluindo custos de transporte e líquido de PIS/COFINS) foi de R\$66,8 por MWh, representando um crescimento de 20,0% em relação ao 1T06, cujo valor foi de R\$55,6.

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA	1T06	1T07	Var.%
Energia Comprada* (R\$MM)	53,8	70,1	30,2%
MWh Comprado	966.627	1.049.276	8,6%
R\$/MWh	55,6	66,8	20,0%

* Líquida de PIS/COFINS

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Energia Contratada

No 1T07, mantivemos o nível de energia contratada, sem nenhuma aquisição de energia existente ou nova. Participaremos do Leilão de Energia Nova A-5 e do Leilão de Fontes Alternativas, ambos previstos para maio de 2007.

ENERGIA CONTRATADA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TOTAL - MWh	4.575.276	4.895.233	5.261.010	5.630.857	5.793.448	5.808.511	2.794.666	1.674.975	1.253.474	1.040.606

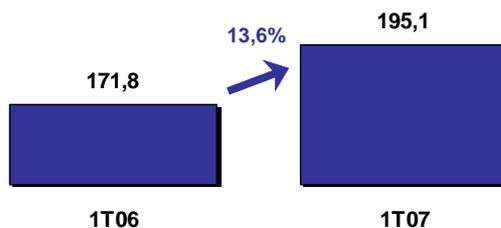
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme mencionado no início deste relatório, o Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006 da ANEEL, alterou o plano de contas do setor elétrico passando a considerar como deduções da receita operacional bruta a constituição de CVA sobre CCC e CDE e os gastos com o Programa de Eficiência Energética, Pesquisa e Desenvolvimento, CCC e CDE. Para mitigar os efeitos decorrentes desta alteração, os dados do 1T06 estão sendo apresentados de forma ajustada refletindo estas alterações, permitindo a comparabilidade com os resultados registrados no 1T07.

Receita Líquida

No 1T07, a receita líquida atingiu R\$195,1 milhões, e no 1T06, R\$171,8 milhões, representando um crescimento de 13,6%. Este desempenho deveu-se principalmente aos seguintes fatores: a) ao reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2006 de 14,6%; b) ao crescimento de volume de energia vendida de 8,3%, conforme comentado anteriormente; e c) ao crescimento nas deduções da receita operacional bruta de 11,2%.

Receita Líquida 1T06 – 1T07 (R\$ MM)



Custos e Despesas Operacionais

No 1T07, os custos e despesas operacionais (custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis excluindo depreciação e amortização) atingiram R\$118,1 milhões, representando 60,5% da receita líquida, uma pequena redução de 0,1 p.p. se compararmos aos 60,6% da receita líquida que os R\$104,2 milhões de custos e despesas atingiram no 1T06.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

Os custos e despesas operacionais gerenciáveis da Companhia, representadas pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros - PMSO (excluindo provisões), foram de R\$30,9 milhões no 1T07, ou uma queda de 5,3%, se comparado com o mesmo período em 2006. Como percentual da Receita Líquida, esta evolução representou uma queda de 3,1 p.p., de 19,0% no 1T06 para 15,9% no 1T07.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As despesas com pessoal decresceram 15,4% no comparativo entre o 1T07 e o 1T06, de R\$15,2 milhões para R\$12,9 milhões, que pode ser atribuído a dois fatores: a) gastos não recorrentes de reestruturação de R\$3,9 milhões no 1T06; e b) uma redução de 6,9% na média trimestral do número de colaboradores próprios. Ao final do 1T06, contávamos com 1.248 colaboradores e, no final do 1T07, com 1.155 colaboradores.

Os gastos com serviços de terceiros no 1T07 foram de R\$16,4 milhões, ou 8,4% da Receita Líquida, representando um aumento de 0,6 p.p. na comparação com os 7,8% da Receita Líquida que os R\$13,4 milhões representaram no 1T06. Este aumento deve-se principalmente ao crescimento expressivo no número de consumidores, gerando mais gastos nos processos comerciais.

R\$ MM	1T06	1T07	Var.
Pessoal	15,2	12,9	-15,4%
Material	1,4	1,6	15,6%
Serviço de Terceiros	13,4	16,4	22,3%
Outros	2,7	0,1	-95,8%
PMSO	32,7	30,9	-5,3%
PMSO (% Rec. Liq)	19,0%	15,9%	-3,1 p.p.
Provisões	1,9	9,9	428,1%
PDD e Perdas	0,4	7,6	1806,3%
Provisões para Contingências e Outras Provisões	1,5	2,3	54,6%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	34,6	40,9	18,3%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS (% Rec. Liq.)	20,1%	21,0%	0,8 p.p.
Energia Comprada e Transporte	53,8	63,3	17,7%
Encargos de Serviço do Sistema	10,6	13,0	22,2%
Amortização CVA	5,7	0,5	-91,3%
Outros Custos	-0,5	0,5	N/A
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	69,6	77,2	10,9%
CUSTOS E DESPESAS NÃO GERENCIÁVEIS (% Rec. Liq.)	40,5%	39,6%	-0,9 p.p.
TOTAL	104,2	118,1	13,4%

A PDD e as Perdas atingiram R\$7,6 milhões, ou 2,7% da ROB. Cabe destacar que o resultado registrado em 2006 foi positivamente influenciado por uma base significativa de créditos de liquidação duvidosa a receber de clientes dos poderes públicos estaduais e municipais e por campanhas de parcelamento realizadas pela Controlada. A partir de 2007, esperamos que a PDD e as Perdas representem aproximadamente 2% a 3% da ROB.

Custos e Despesas Operacionais Não Gerenciáveis

A Companhia registrou um total de R\$77,2 milhões no 1T07 em custos e despesas operacionais não gerenciáveis, 10,9% acima do 1T06, que totalizou R\$69,6 milhões. Tal crescimento deveu-se basicamente aos seguintes fatores: a) o crescimento do volume de energia comprada em 8,6%, e; b) o aumento no custo médio de aquisição de energia de 20,0%; ambos comparados ao 1T06.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

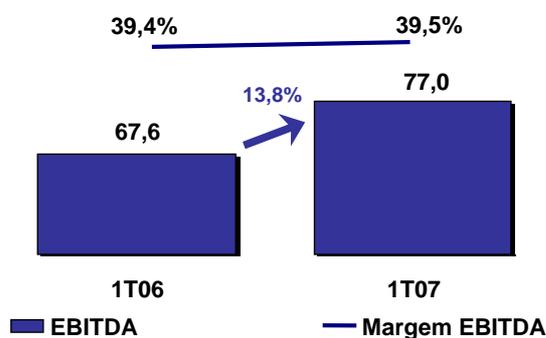
03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA

No 1T07, o EBITDA foi de R\$77,0 milhões, representando um crescimento de 13,8%, comparado aos R\$67,6 milhões do 1T06. A margem EBITDA (% da Receita Líquida) foi de 39,5% no 1T07, representando uma leve elevação de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2006.

EBITDA (R\$ MM) e Margem EBITDA (% da Receita Líquida): 1T06 -



Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$0,8 milhão no 1T07, comparado ao resultado também negativo de R\$18,8 milhões no 1T06.

O aumento das receitas financeiras foi de 41,2% no comparativo entre os períodos, passando de R\$14,9 milhões no 1T06 para R\$21,1 milhões no 1T07. Esse crescimento é explicado pelo aumento das receitas com aplicações financeiras, de R\$6,0 milhões para R\$14,3 milhões, decorrente do aumento das disponibilidades, principalmente pela entrada de recursos provenientes da Oferta Pública da Companhia.

No 1T07, as despesas financeiras diminuíram em 35,3%, para R\$21,8 milhões, de R\$33,7 milhões no 1T06. Estas despesas financeiras incluíam os custos não recorrentes com o IPO da Equatorial Energia, realizado em março de 2006, no montante de R\$12,5 milhões. Ajustando-se este efeito, as despesas financeiras do 1T06 teriam sido de R\$21,2 milhões, e comparando-se com as despesas do 1T07, observaríamos uma queda de 2,7%.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

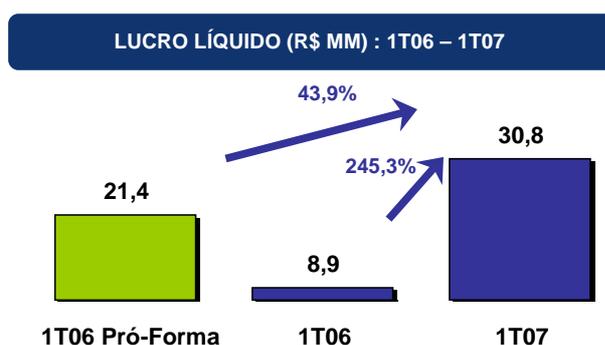
Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas referentes ao Imposto de Renda (I.R.) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (C.S.L.L.) foram de R\$18,4 milhões no 1T07. Nossos desembolsos efetivos (conceito caixa) com I.R. e C.S.L.L. neste período foram de R\$6,7 milhões, o que representou uma alíquota efetiva correspondente de 10,6% em relação ao Lucro Antes de Imposto de Renda (LAIR).

I.R / C.S.L.L. Consolidado (R\$MM)	2006	1T07
Despesa I.R. / C.S.L.L.	(42.6)	(18.4)
Reversão da Provisão 2005	(6.1)	-
(-) Ativo Fiscal Diferido	19.1	9.1
(-) Incentivo ADENE	10.8	2.7
= Imposto Caixa	(18.7)	(6.7)
LAIR	157.4	62.8
Taxa Efetiva de I.R. / C.S.L.L. (%) - Caixa	11.9%	10.6%

Lucro Líquido

Alcançamos no 1T07 um lucro líquido de R\$30,8 milhões, o que representa um crescimento de 245,3% em relação ao mesmo período no ano passado. Isso significa uma margem líquida de 15,8%, um aumento de 10,6 p.p. comparado ao 1T06. Se compararmos os R\$30,9 milhões do 1T07 com o lucro líquido pró-forma no 1T06 de R\$21,4 milhões, ajustado pelas despesas não recorrentes do processo de abertura de capital (OPA) da Equatorial, teríamos um crescimento de 43,9%. O lucro líquido por UNIT no 1T07 foi de R\$0,47, um aumento de 245,3% em relação ao lucro líquido de R\$0,14 por UNIT registrado no 1T06.



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
ENDIVIDAMENTO

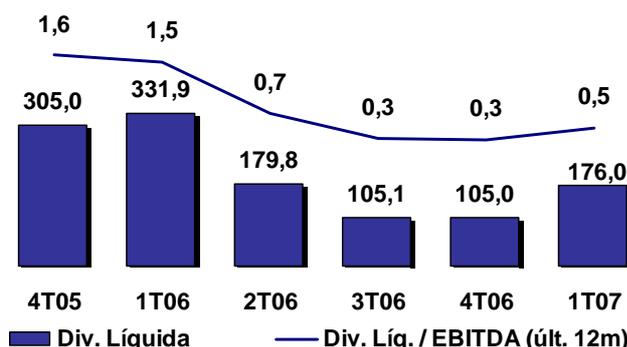
Em 31 de março de 2007, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$897,6 milhões, uma elevação de R\$303,1 milhões, ou 51,0%, em relação a 31 de dezembro de 2006. Esse aumento deveu-se principalmente a bem sucedida emissão da 3ª Série de Debêntures Não Conversíveis em Ações da CEMAR, no montante de R\$267,3 milhões. O recebimento da 1ª liberação da linha de financiamento contratada com a Eletrobrás/RGR para financiar gastos com linhas de transmissão no total de R\$5,8 MM e a quinta e ante-penúltima liberação da linha de financiamento contratada com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB no valor de R\$28,0 MM também contribuíram para o aumento no saldo total do endividamento bruto.

Situação da Dívida Bruta – Março/2007

Vencimento	R\$ MM	% do Total	Indexador	Spread Médio (ao ano)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	51,0	5,7%	Libor 6 meses	0,8%	abr-18	11,0	0,7%
Longo Prazo	846,6	94,3%	IGP-M 2 anos	12,0%	jun-09	2,2	8,1%
			IGP-M 9 anos	12,7%	jan-16	8,8	19,8%
2008	46,9	5,2%	IGP-M 17 anos	4,4%	jan-24	16,8	14,5%
2009	64,6	7,2%	TJLP	4,2%	jul-13	6,2	0,2%
2010	53,3	5,9%	Pré Fixado (R\$)	11,9%	mar-17	9,9	10,4%
2011	123,6	13,8%	RGR	6,2%	fev-17	9,8	5,5%
Após 2011	558,3	62,2%	Pré Fixado (US\$)	6,8%	jun-20	13,1	0,9%
			FINEL*	9,8%	jan-16	8,8	6,5%
Total	897,6	100,0%	CDI	105,4% do CDI	mai-13	6,1	33,4%

* FINEL é um índice setorial que representa 20,0% do IGP-M

Dívida Líquida e Dívida Líquida / EBITDA (Últ 12 Meses)

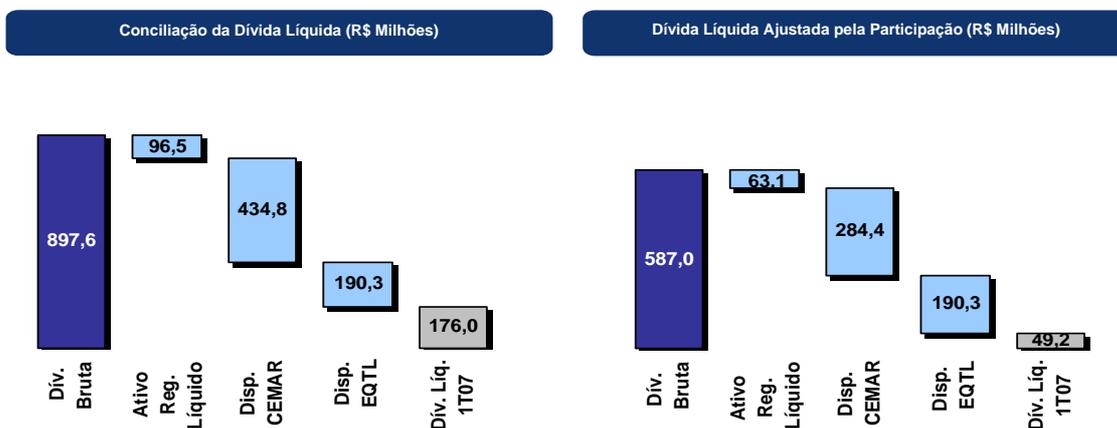


A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$176,0 milhões no 1T07, representando uma diminuição de R\$71,0 milhões quando comparada ao valor do 4T06, o que representa um múltiplo do EBITDA de 0,5 vez. Ajustada pela participação na Controlada, a dívida líquida da Companhia cai para R\$49,2 milhões, o que representa um múltiplo do EBITDA de apenas 0,1 vez.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



O perfil da dívida de nossa Controlada manteve-se em níveis diferenciados: custo médio atrativo (13,2% a.a. ou 95,3% do CDI), prazo médio de 8,7 anos e perfil concentrando-se no longo prazo, com apenas 5,7% das amortizações previstas para o curto prazo. A nossa dívida em dez/06 apresentava um custo médio de 12,4% a.a. e prazo médio de 10,1 anos. No dia 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão das debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Esta bem sucedida captação no montante de R\$267,3 milhões, a uma taxa de 105,8% do CDI, marcou a volta da Controlada ao mercado de capitais, após um período de menos de 3 anos do início da sua reestruturação financeira e operacional. Os recursos serão empregados no pré-pagamento de dívidas mais onerosas da Controlada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

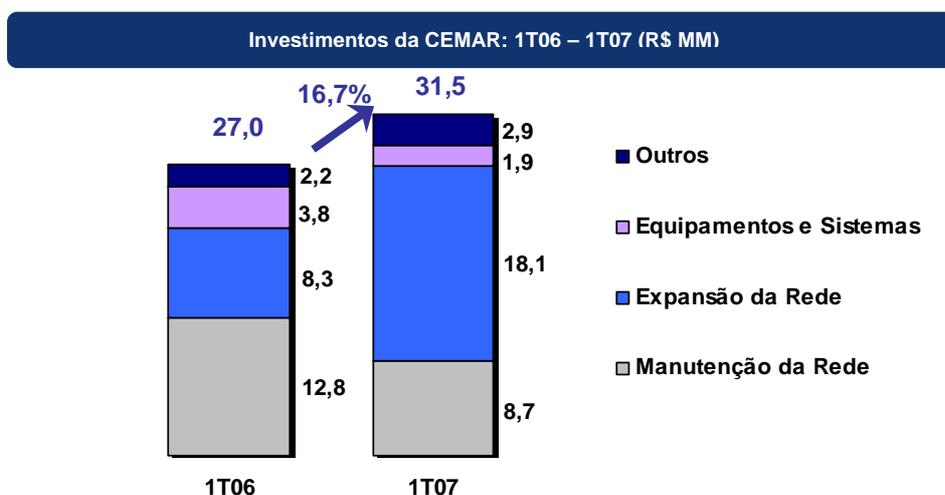
03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

INVESTIMENTOS

Investimentos da CEMAR

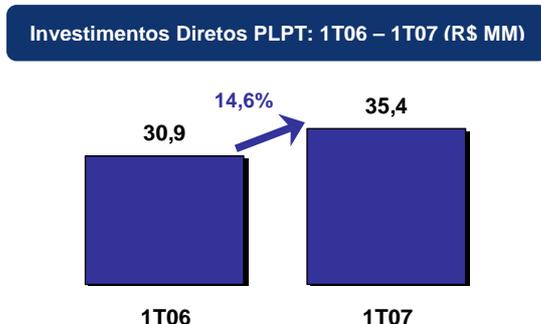
Os investimentos da CEMAR totalizaram R\$31,5 milhões no 1T07, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, uma variação positiva de 16,7% em relação aos R\$27,0 milhões registrados no mesmo período de 2006. A distribuição destes investimentos pode ser verificada no gráfico abaixo:



Esperamos executar em 2007 investimentos no montante aproximado de R\$180,0 milhões. Para o triênio 2007-2009, esperamos atingir um volume de R\$400 milhões.

Investimentos do PLPT

No 1T07, 8.759 consumidores foram ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, acumulando 111,8 mil consumidores desde o início do programa até 31 de março de 2007. Até esta data, estimamos que o PLPT tenha beneficiado diretamente cerca de 560 mil habitantes em nossa área de concessão o que representa aproximadamente 9,2% da população do estado do Maranhão (População 2006: 6.184.538 - Fonte: IBGE)



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O investimento direto no PLPT, representado por gastos com materiais, serviços de terceiros e os impostos correlacionados, foi de R\$35,4 milhões, ou um crescimento de 14,6% ao investimento no mesmo período do ano anterior.

DIVIDENDOS

Na assembléia geral ordinária realizada no dia 5 de Abril de 2007, os acionistas aprovaram a distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração, no montante de R\$107,8 milhões, resultando no valor de R\$1,64/UNIT. No dia 9 de Abril, as UNITS ficaram ex-dividendos. Em comparação ao valor de R\$54,4 milhões pagos sob a forma de dividendos no ano de 2006, ou R\$1,03/UNIT, esta distribuição registrou um crescimento de 98,2%. O pagamento dos dividendos iniciou-se a partir de 7 de maio de 2007.

DESEMPENHO OPERACIONAL

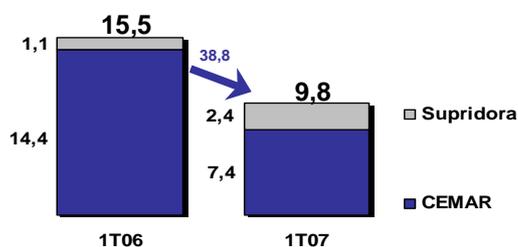
DEC e FEC

Continuamos a observar um aprimoramento nos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por consumidor por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por consumidor por período) da CEMAR, que são os principais indicadores do nível de qualidade e da eficiência do seu sistema de distribuição. As metas de DEC e FEC a serem alcançadas pelas concessionárias são definidas previamente pela ANEEL.

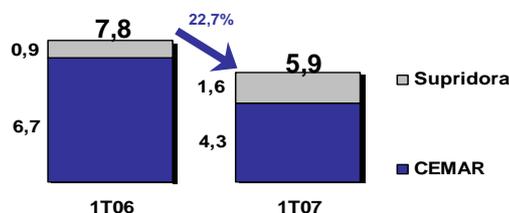
No 1T07, o DEC foi de 9,8 horas (h) e o FEC, de 5,9 vezes (x), representando uma melhoria de 36,8% e 22,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, respectivamente. No conjunto de São Luis, a capital do estado do Maranhão e principal centro consumidor de energia elétrica na área de concessão da CEMAR, o DEC e o FEC do 1T07 foram 4,0h e 3,1x, uma evolução de 33,9% e 20,3% em relação ao 1T06.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos índices de DEC e FEC da CEMAR, discriminando o impacto das interrupções no fornecimento de energia para nossa área de concessão.

DEC CEMAR e Supridora: 1T06 – 1T07 (horas)



FEC CEMAR e Supridora: 1T06 – 1T07 (vezes)



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

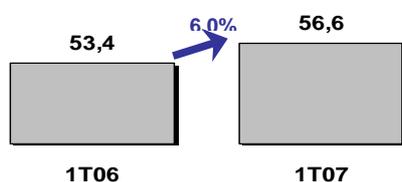
03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

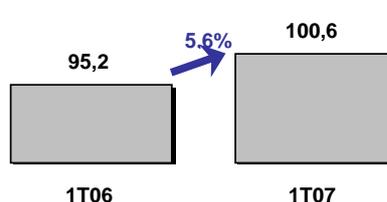
Eficiência Operacional

Com o encerramento de sua reestruturação corporativa, a Companhia passará a obter ganhos de eficiência a partir da revisão dos seus processos e do comprometimento contínuo com a redução dos gastos operacionais. Obtivemos uma melhoria continuada de performance, verificada pela evolução dos índices de eficiência no 1T07 comparados ao do 1T06, conforme descritos a seguir: a) melhoria de 6,9% na relação “EBITDA por Consumidor”; b) crescimento de 15,1% na proporção de consumidores por colaborador; c) aumento de 6,1% na relação EBITDA por MWh; e d) redução de 14,0% no índice de PMSO (excluindo as provisões, os gastos com reestruturação e outras despesas não recorrentes) por consumidor.

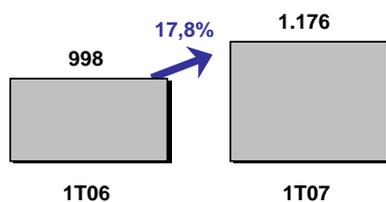
a) EBITDA (R\$) por Consumidor: 1T06 – 1T07



c) EBITDA (R\$) por MWh: 1T06 – 1T07



b) Consumidores por Colaborador: 1T06 – 1T07



d) PMSO (R\$) por Consumidor: 1T06 –



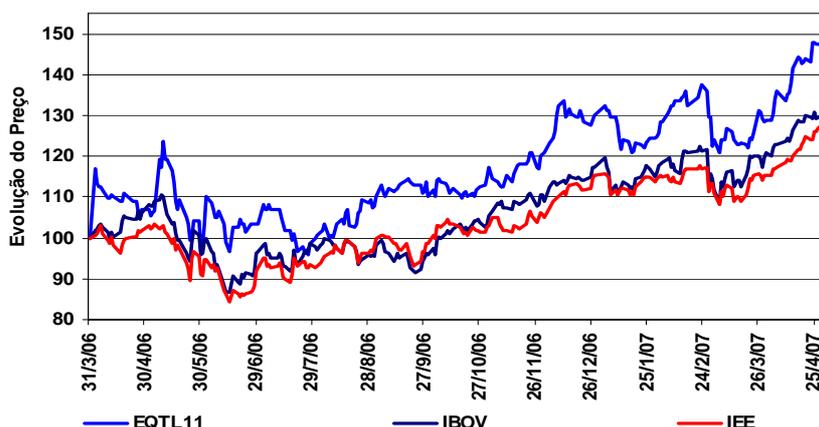
02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

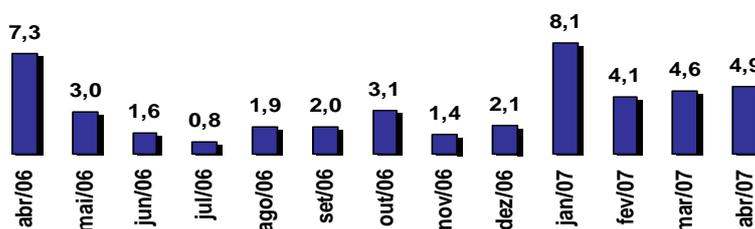
08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
MERCADO DE CAPITAIS

As UNITS da Equatorial Energia vêm mantendo um desempenho consistente, com uma rentabilidade acumulada acima do IBOVESPA e do IEE – Índice de Energia Elétrica. Em 31 de Março de 2006 realizamos nossa Oferta Pública Inicial no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, e as negociações com as UNITS iniciaram no dia 2 de Abril de 2006 com o preço de abertura de R\$14,50. Após pouco mais de 1 ano de negociações, no dia 2 de maio de 2007, as UNITS registraram um preço de fechamento de R\$20,00, resultando numa apreciação de 37,9%. Ajustando este preço pelo pagamento de dividendos de R\$1,64/UNIT, temos uma valorização total de 49,2%. Em termos do volume negociado, a média dos últimos 60 dias findos em 30 de abril de 2007 foi de R\$4,5 milhões/dia, e dos últimos 30 dias foi de R\$5,1 milhões/dia.

Evolução do Preço: EQTL11, Ibovespa e IEE (31/03/06 = 100)



Média Diária de Volume Negociado (R\$ MM)



Vale destacar que diante do aumento da liquidez, tanto em volume negociado como pelo número de negócios realizados com UNITS, a Equatorial permaneceu no IBRX, com participação de 0,121% e também, foi incluída no Índice de Energia Elétrica (7,099% de participação).

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Reeleição do Conselho de Administração e Instalação do Conselho Fiscal

Na assembléia geral ordinária (AGO) realizada no dia 5 de abril de 2007, os acionistas deliberaram pela reeleição do atual Conselho de Administração até a AGO que avaliará os resultados do exercício de 2008. Os membros reeleitos são: Octavio Pereira Lopes, Firmino Sampaio, Eduardo Alcalay, Gilberto Sayão, Alessandro Horta, Ana Marta Veloso, Ronaldo Iabrudi (independente), Darlan Dórea (independente) e Paulo Pedrosa (independente).

Na mesma assembléia, os acionistas também decidiram instalar o conselho fiscal, formado por três membros titulares e três suplentes. Os titulares são: Ricardo Scalzo (eleito pelo controlador), André Soares de Sá (eleito pelo controlador) e Eduardo Grande Bittencourt (eleito pelos minoritários)

Mudanças na Alta Administração

O novo presidente da CEMAR, Nuno Neves, tomou posse no dia 12 de março, agregando 15 anos de experiência corporativa à equipe da Equatorial Energia. Sr. Neves tornou-se também diretor da Equatorial Energia desde março de 2007. Entre dezembro de 2001 e fevereiro de 2007, o Sr. Neves ocupou a posição de Diretor de Planejamento Operacional da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. Antes de se juntar à CVRD, ocupou diversos cargos na AMBEV – American Beverage Company onde trabalhou por mais de dez anos, tendo iniciado sua carreira nesta empresa como trainee. O Sr. Neves é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPEAD) e concluiu programas executivos em The Wharton School - University of Pennsylvania (EUA), The Sloan School of Management – MIT (EUA) e IMD INSEAD (França).

Para maiores detalhes sobre nosso conselho de administração, diretoria e conselho fiscal, favor acessar o endereço eletrônico <http://www.equatorialenergia.com.br/ri>.

Aprovação do Novo Programa de Opção de Compra de Ações

No sentido de ampliar o alinhamento de interesses entre acionistas e colaboradores, os acionistas da Equatorial aprovaram na assembléia geral extraordinária do dia 5 de abril de 2007, a criação de um novo plano de opção de compra de ações para incentivar o grupo de executivos que se destacou no processo de reestruturação da CEMAR, com um potencial de diluição de 1,7%.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento das Dívidas Com a Eletrobrás, Eletronorte e Demais Credores

No dia 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão das debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. O montante captado de R\$267,3 milhões, a uma taxa de 105,8% do CDI, marcou a volta da Controlada ao mercado de capitais, após um período de menos de 3 anos do início da sua reestruturação financeira e operacional. Os recursos foram utilizados para o pré-pagamento dos seguintes contratos de dívida (montantes refletem os saldos em 31/03/2006):

- Eletrobrás RES 2035/2000: R\$87,0 Milhões (IGP-M + 13,4% a.a. / 8,8 anos para vencimento)
- Eletronorte – Protocolo: R\$91,0 Milhões (IGP-M + 12,0% a.a. / 8,8 anos para vencimento)
- Eletronorte – Suprimento: R\$62,0 Milhões (IGP-M + 12,0% a.a. / 2,1 anos para vencimento)
- Debêntures – 2ª Emissão: R\$16,1 Milhões (IGP-M + 12,0% a.a. / 2,5 anos para vencimento)
- Concórdia CCV: R\$2,9 Milhões (IGP-M + 12,0% a.a. / 16,8 anos para vencimento)
- Fundo CCV: R\$2,9 Milhões (IGP-M + 12,0% a.a. / 16,8 anos para vencimento)

Após a conclusão do processo do pré-pagamento das dívidas com os recursos da referida Emissão de Debêntures da CEMAR, o prazo médio da dívida, será de 9,3 anos, e o custo médio deverá ser inferior a 12% ao ano.

Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada

Baseado na Lei nº 11.196/2005, artigo 31, a nossa controlada protocolou na SUDENE o requerimento para usufruir do benefício de depreciação acelerada para fins fiscais. Este benefício pode ser aplicado em empresas enquadradas em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional e localizadas nas áreas de atuação da SUDENE. O benefício fiscal advém da possibilidade de se depreciar 100% dos bens no momento de sua aquisição. Assim, nossa controlada poderá excluir do lucro tributável a depreciação integral dos investimentos dentro do próprio ano de aquisição. O pleito da CEMAR foi deferido em 27 de abril de 2007. O incentivo é retroativo a 2006 e se estenderá até 2013.

Nova liberação de recursos para continuidade do PLPT

Em 27 de abril de 2007, a Controlada recebeu a 4ª liberação de recursos no montante de R\$52,2 milhões previsto no contrato ECFS-140/2006 celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, referente à 2ª Tranche do Programa Luz para Todos, sendo R\$7,0 milhões provenientes dos recursos da RGR e R\$45,2 milhões da CDE.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANEXO 1 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ Mil)	1T06	1T07
RECEITA OPERACIONAL	245.050	276.559
Fornecimento de Energia Elétrica	242.147	272.246
Suprimento de Energia Elétrica	178	510
Encargo de Capacidade Emergencial	76	153
Outras Receitas	2.649	3.650
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL*	(73.208)	(81.430)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA*	171.842	195.129
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(64.390)	(76.238)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(53.791)	(63.287)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(10.599)	(12.951)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(39.804)	(41.891)
Pessoal	(15.225)	(12.875)
Material	(1.372)	(1.586)
Serviço de Terceiros	(13.381)	(16.362)
CCC e CDE*	0	0
Provisões	(1.883)	(9.944)
Outros*	(7.943)	(1.124)
EBITDA	67.648	77.000
Depreciação e Amortização	(13.103)	(12.818)
RESULTADO DO SERVIÇO	54.545	64.182
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(1.244)	(1.281)
Amortização de Ágio	(1.244)	(1.281)
RESULTADO FINANCEIRO	(18.831)	(769)
Receitas Financeiras	14.916	21.060
Despesas Financeiras	(33.747)	(21.829)
RESULTADO OPERACIONAL	34.470	62.132
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(762)	644
Receita não Operacional	343	4.195
Despesa não Operacional	(1.105)	(3.551)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	33.708	62.776
Contribuição Social	(2.365)	(4.505)
Imposto de Renda	(6.407)	(4.839)
Impostos Diferidos	(3.829)	(9.085)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	21.107	44.347
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	(12.175)	(13.503)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.932	30.844
NO. DE AÇÕES	196.675.177	196.675.177
RESULTADO POR AÇÃO (R\$)	0,05	0,16
RESULTADO POR UNIT - Pró-Forma (R\$)	0,14	0,47

* Dados do primeiro trimestre de 2006 (1T06) ajustados refletindo as alterações no plano de contas para permitir a comparabilidade com os resultados registrados no 1T07. Por determinação da ANEEL, através do Despacho nº. 3.073 de 28 de dezembro de 2006, o plano de contas do setor elétrico passou a considerar como deduções da receita operacional bruta a constituição de CVA sobre CCC e CDE e os gastos com o Programa de Eficiência Energética, Pesquisa e Desenvolvimento, CCC e CDE.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
ANEXO 2 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	1T06	4T06	1T07
CIRCULANTE	382.695	660.949	890.015
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	123.075	385.776	625.114
Consumidores e Revendedores	198.544	198.299	195.758
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.909)	(30.177)	(29.134)
Estoques	3.305	8.235	5.462
Impostos a Recuperar	28.520	23.598	32.333
Baixa Renda	8.869	11.273	10.846
Pagamentos Antecipados	21.671	33.751	24.137
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	17.651	23.644	17.667
Outros Créditos a Receber	8.969	6.550	7.832
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	277.079	335.461	344.850
Consumidores e Revendedores	16.538	15.719	19.015
Impostos a Recuperar	20.051	34.231	38.326
Pagamentos Antecipados	2.690	79.156	84.263
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	237.800	206.355	203.246
PERMANENTE	846.296	964.017	1.018.900
Investimentos	221	221	221
Ágio	242.568	238.834	237.553
Imobilizado	863.871	1.080.996	1.134.575
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço	(260.364)	(356.034)	(353.449)
TOTAL DO ATIVO	1.506.070	1.960.427	2.253.765

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	1T06	4T06	1T07
CIRCULANTE	277.031	476.056	428.716
Fornecedores	128.504	157.579	103.581
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	9.688	16.410	13.894
Dividendos	1.139	164.900	164.900
Tributos e Contribuições Sociais	69.056	41.367	44.930
Empréstimos e Financiamentos	27.388	38.824	40.337
Debêntures	6.263	6.417	10.616
Iluminação Pública	6.400	9.160	7.498
Provisão para Contingências	1.632	3.954	3.617
Eficientização	9.004	18.015	19.973
Outros	17.957	19.430	19.370
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	530.397	602.411	897.161
Tributos e Contribuições Sociais	1.491	17.881	17.455
Debêntures	15.998	11.098	276.832
Empréstimos e Financiamentos	465.231	538.147	569.807
Provisão para Contingências	36.658	35.285	33.067
Entidade de Previdência Privada	11.019	-	-
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	161.834	157.423	172.508
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	536.808	724.537	755.380
Capital Social	527.617	713.217	713.217
Reservas de Lucro	-	11.320	11.320
Lucro/Prejuízo acumulados	9.191	-	30.843
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.506.070	1.960.427	2.253.765

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (R\$ Mil)	4T06				1T07			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	225	1.010	13.152	14.387	460	772	12.795	14.027
Tesouro Nacional	225	1.010	13.152	14.387	460	772	12.795	14.027
MOEDA LOCAL	1.019	36.570	524.995	562.584	1.294	37.811	557.012	596.117
Eletrobrás		8.769	300.733	309.502		8.777	310.373	319.150
Eletronorte		24.048	128.240	152.288		25.161	122.592	147.753
Instituições Financeiras	1.019	107	71.200	72.326	1.294	107	99.319	100.720
Dívida com Fundo de Pensão		3.646	24.822	28.468	0	3.766	24.728	28.494
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	1.244	37.580	538.147	576.971	1.754	38.583	569.807	610.144
Debêntures	0	6.417	11.098	17.515		10.616	276.832	287.448
TOTAL DA DÍVIDA	1.244	43.997	549.245	594.486	1.754	49.199	846.639	897.592

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$ Mil)	1T06	2T06	3T06	4T06	2006	1T07
FC das Atividades Operacionais						
<i>Lucro Líquido</i>	8.934	20.532	48.102	47.842	125.410	30.843
(+) <i>Despesas Não Caixa</i>	19.448	33.495	10.666	49.982	113.592	52.202
(+/-) <i>Variações Ativas</i>	(7.775)	(22.787)	(42.236)	(13.483)	(86.281)	(17.146)
(+/-) <i>Variações Passivas</i>	5.589	(24.944)	77.082	3.473	61.200	(55.676)
(=) FC das Atividades Operacionais	26.197	6.296	93.614	87.814	213.921	10.224
FC das Atividades de Investimento						
<i>Atividades de Investimento Próprias</i>	(25.083)	(22.034)	(17.458)	(64.759)	(129.333)	(31.778)
Investimentos CEMAR*	(27.038)	(22.299)	(31.503)	(56.074)	(136.914)	(31.543)
Almoxarifado de Investimento Próprio	(1.220)	(811)	1.614	1.966	1.549	(2.844)
Outras Variações do Imobilizado Próprio	3.176	1.077	12.432	(10.651)	6.032	2.609
<i>Atividades de Investimento PLPT</i>	(31.672)	(29.263)	(78.603)	(51.293)	(190.831)	(34.957)
Investimentos Diretos PLPT	(30.927)	(28.880)	(58.062)	(51.230)	(169.099)	(35.433)
Almoxarifado de Investimento PLPT	(745)	(383)	(20.541)	(64)	(21.732)	476
(=) FC das Atividades de Investimento	(56.755)	(51.297)	(96.061)	(116.052)	(320.164)	(66.735)
FC das Atividades de Financiamento						
<i>Atividades de Financiamento Próprias</i>	(82.878)	202.046	17.178	8.494	144.841	298.866
Empréstimo e Financiamento	(2.560)	17.532	17.178	(2.812)	29.339	298.866
Dividendos Pagos	(82.897)	(1.086)	-	(14)	(83.998)	-
Aumento do Capital / Reserva de Lucro	2.580	185.600	-	11.320	199.500	-
<i>Atividades de Financiamento PLPT</i>	82.215	(468)	57.045	54.091	192.883	(3.017)
(=) FC das Atividades de Financiamento	(663)	201.578	74.223	62.585	337.724	295.849
(=) FC Trimestral	(31.220)	156.577	71.777	34.347	231.481	239.337
Caixa Inicial	154.296	123.075	279.652	351.429	154.296	385.777
Caixa Final	123.075	279.652	351.429	385.777	385.777	625.114

FLUXO DE CAIXA CONTROLADORA (R\$ Mil)	1T06	2T06	3T06	4T06	2006	1T07
FC das Atividades Operacionais						
<i>Lucro Líquido</i>	9.192	19.648	51.841	38.459	119.140	30.843
(+) <i>Despesas Não Caixa</i>	1.244	1.244	1.244	1.242	4.975	1.281
(+/-) <i>Variações Ativas</i>	55.099	(569)	(12)	(109.729)	(55.211)	(1.187)
(+/-) <i>Variações Passivas</i>	12.617	(10.352)	(2.047)	327	545	1.076
(=) FC das Atividades Operacionais	78.152	9.971	51.027	(69.700)	69.449	32.013
FC das Atividades de Investimento						
<i>Atividades de Investimento Próprias</i>	(25.459)	(16.372)	(47.088)	71.972	(16.947)	(28.063)
Investimento	(25.459)	(16.372)	(47.088)	71.972	(16.947)	(28.063)
<i>Atividades de Investimento PLPT</i>	-	-	-	-	-	-
(=) FC das Atividades de Investimento	(25.459)	(16.372)	(47.088)	71.972	(16.947)	(28.063)
FC das Atividades de Financiamento						
<i>Atividades de Financiamento Próprias</i>	(50.685)	184.514	-	3	133.831	0
Empréstimo e Financiamento	-	-	-	3	3	-
Dividendos Pagos	(53.265)	(1.086)	-	-	(54.351)	-
Aumento do Capital	2.580	185.600	-	-	188.180	0
<i>Atividades de Financiamento PLPT</i>	-	-	-	-	-	-
(=) FC das Atividades de Financiamento	(50.685)	184.514	-	3	133.831	0
(=) FC Trimestral	2.008	178.112	3.939	2.275	186.333	3.950
Caixa Inicial	-	2.008	180.120	184.059	-	186.333
Caixa Final	2.008	180.120	184.059	186.333	186.333	190.283

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos

Conselho de Administração e Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luis - MA

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais da Equatorial Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e sua controlada, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado consolidado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e sua controlada, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e sua controlada.
3. Baseados em nossa revisão especial não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais obrigatórias.
4. Nossa revisão especial foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório sobre as informações trimestrais acima referidas. A demonstração dos fluxos de caixa relativa ao trimestre findo em 31 de março de 2007, representa informação complementar àquelas informações trimestrais e é apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações trimestrais acima referidas e está apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, adequadamente em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

04 de maio de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contador CRC-RJ-057.497/O-S-MA

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-SC-S-MA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	12
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	66
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	67
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	69
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	71
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	75
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	96